

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO**

**LIBERDADE DE EXPRESSÃO OU VIOLAÇÃO DE DIREITOS: AS NARRATIVAS
EM DISPUTA NO CASO QUEERMUSEU**

LUIZZA MILCZANOWSKI JULIANELLI MENDES

**Rio de Janeiro
2021/1**

LUIZZA MILCZANOWSKI JULIANELLI MENDES

**LIBERDADE DE EXPRESSÃO OU VIOLAÇÃO DE DIREITOS: AS NARRATIVAS
EM DISPUTA NO CASO QUEERMUSEU**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob orientação do **Professor Dr. Luiz Eduardo de Vasconcellos Figueira.**

**Rio de Janeiro
2021/1**

CIP - Catalogação na Publicação

MM4911 Mendes, Luizza Milczanowski Julianelli
Liberdade de Expressão ou Violação de Direitos:
As Narrativas em Disputa no Caso Queermuseu /
Luizza Milczanowski Julianelli Mendes. -- Rio de
Janeiro, 2021.
81 f.

Orientador: Luiz Eduardo de Vasconcellos
Figueira.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2021.

1. Antropologia do direito . 2. Liberdade de
Expressão . 3. Violação de Direitos. 4. Censura. 5.
Queermuseu. I. Figueira, Luiz Eduardo de
Vasconcellos, orient. II. Título.

LUIZZA MILCZANOWSKI JULIANELLI MENDES

**LIBERDADE DE EXPRESSÃO OU VIOLAÇÃO DE DIREITOS: AS NARRATIVAS
EM DISPUTA NO CASO QUEERMUSEU**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob orientação do **Professor Dr. Luiz Eduardo de Vasconcellos Figueira.**

Rio de Janeiro, ___ de _____ de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Examinador(a)

Examinador(a)

**Rio de Janeiro
2021/1**

Para Yasmim, Heitor e Ísis.

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa, como quase tudo na vida, faz-se a muitas mãos. Por isso, agradeço a todos que me acompanharam ao longo da minha trajetória escolar e acadêmica, especialmente ao longo desses anos na Faculdade Nacional de Direito, e que agora se materializam neste trabalho.

Aos meus pais, que fizeram o (im)possível para que eu estivesse aqui. Da mesma forma, à minha avó, à minha irmã, ao meu irmão e aos meus sobrinhos, pelo amor infinito.

Ao Núcleo de Cultura Jurídica, por todas as manhãs de quarta-feira no PPGD e pelos encontros aos sábados repletos de afetividade e trocas sem os quais essa monografia não seria possível.

Ao meu orientador Luiz Eduardo Figueira pela escuta, pelo acolhimento, pelos ensinamentos e pela paciência ao longo desses cinco anos. Obrigada por me apresentar um espaço em que o afeto na Academia seja possível.

Aos meus amigos do primeiro ao último período da faculdade, com quem dividi todas as angústias e alegrias da graduação, Matheus e Raquel.

À Catherine, minha primeira companheira de pesquisa.

Ao Giovanni, por tudo, sempre.

Por fim, agradeço a todos os professores que me deram instrumentos de ver e viver o mundo e a todos os amigos que me deram as mãos nessa estranha narrativa chamada vida.

“A palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e
que não se pode desvendar senão tencionando
mudar.”
(Jean-Paul Sartre)

“Se as palavras servem para confundir as coisas,
é porque a batalha a respeito das palavras é
indissociável da batalha a respeito das coisas.”
(Jacques Rancière)

RESUMO

Em setembro de 2017, a exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” foi fechada antecipadamente, sob a alegação de violação de direitos, causando uma série de disputas em torno dos seus significados. A presente pesquisa tem como objetivo compreender os sentidos e usos políticos da liberdade de expressão no caso da Queermuseu. Para tal estudo, foi feito o levantamento e a análise das diferentes narrativas mobilizadas por grupos antagonistas que, em posição de defesa ou ataque à exposição, articularam diversos e complexos recursos argumentativos, com especial destaque às categorias nativas: “liberdade de expressão”, “censura” e “violação de direitos”. Neste cenário de embate, as instituições foram utilizadas como instrumento de poder e a proteção à infância como recurso argumentativo que justificasse o cancelamento da exposição. Por outro lado, a luta pela reabertura da Queermuseu se tornou, para grupos favoráveis à mostra, uma campanha pela liberdade de expressão e contra a censura.

Palavras-chave: Queermuseu; liberdade de expressão; narrativas em disputa; violação de direitos; censura.

ABSTRACT

In September 2017, the exhibition “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” was shouted down, above the allegation of rights violations, causing a series of disputes over its meanings. This research aims to comprehend the meanings and political uses of the freedom of expression in the case of the Queermuseu. For this study, a survey and analysis were conducted about the different narratives mobilized by antagonistic groups that, in a position in favor or against the exhibition, several complex argumentative resources were articulated, with special emphasis on the native categories: “freedom of expression”, “censorship”, and “rights violations”. In this conflicting scenario, institutions were used as instruments of power and childhood protection as an argumentative resource that would justify the closure of the exhibition. On the other hand, the fight for reopening Queermuseu became, for favorable groups, a campaign for freedom of expression and against censorship.

Keywords: Queermuseu; freedom of expression; narratives in dispute; rights violations; censorship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 UMA EXPOSIÇÃO QUEER” – O CASO “QUEERMUSEU: CARTOGRAFIAS DA DIFERENÇA NA ARTE BRASILEIRA”	13
1.1 A exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”	13
1.2 O caso Queermuseu	15
2 VIOLAÇÃO DE DIREITOS: INFÂNCIA, FAMÍLIA E FÉ	23
2.1 “Tem gente que não sabe a diferença entre CENSURA e BOICOTE” – O Movimento Brasil Livre	23
2.2 Pela proteção à infância – a mobilização institucional contra a Queermuseu e a CPI dos maus-tratos	35
3 LIBERDADE DE EXPRESSÃO E CENSURA: “QUEM QUER QUEER?”	48
3.1 “Um basta à censura!” – Gaudêncio Fidelis e a campanha pela reabertura da Queermuseu	48
3.2 Pela liberdade de expressão artística – a mobilização institucional a favor da Queermuseu e as disputas finais na reabertura da exposição	62
CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

Interessada pelo tema do abuso sexual infanto-juvenil, realizei um levantamento de notícias do jornal Folha de S. Paulo ao longo de um ano (de 2017 a 2018) para avaliar que espécies de notícias eram vinculadas ao termo “pedofilia”. Das variedades e padrões de veiculação do termo na mídia, chamou-me atenção o número de matérias que tratavam do âmbito artístico. Mais precisamente, de exposições e mostras artísticas acusadas, entre outras, de promoverem a pedofilia, sendo muitas delas relacionadas à exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”. É a partir dessa curiosidade inicial, e do esforço de traçar sobre ela um olhar de inspiração etnográfica, que nasce a pesquisa que segue ao longo destas páginas.

A exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, exibida pelo Santander Cultural, foi fechada antecipadamente, em Porto Alegre, após grupos promoverem, nas redes sociais, uma campanha pela sua retirada, sob a alegação de que esta incitaria a pedofilia, a zoofilia e o vilipêndio à religião cristã. O fechamento da Queermuseu levou a uma série de desdobramentos, suscitada por disputas em torno dos significados da exposição, em um período que compreende o seu fechamento, em setembro de 2017, até sua reabertura, em agosto de 2018. Esses embates foram protagonizados por grupos antagônicos no intuito de impedir ou permitir a exposição de acontecer e o acesso de crianças e adolescentes nesta. Nesse cenário de disputas, temos como principais atores a classe artística, de um lado, tendo como figura principal o curador Gaudêncio Fidelis; e o Movimento Brasil Livre, apresentando-se como principal articulador da campanha contrária à exposição. Trata-se, portanto, de um estudo de caso.

Ao me debruçar, inicialmente, sobre esses acontecimentos, notei o papel de destaque da liberdade de expressão no discurso dos atores envolvidos, abandonando a ideia inicial de me focar no tema da pedofilia propriamente, apesar da proteção à infância estar atrelada aos argumentos articulados no caso. “Liberdade de expressão” é aqui compreendida como uma categoria nativa e parte dos usos dos atores envolvidos.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objeto a compreensão dos sentidos e dos usos políticos da categoria “liberdade de expressão” no caso Queermuseu. Para isso, utilizei a noção de poder para Foucault (1995, p. 243), “um conjunto de ações sobre ações possíveis”,

como categoria analítica que me permitisse entrever as relações de poder, embate e resistência entre os atores. Em outras palavras, busquei resgatar as disputas argumentativas quanto à “liberdade de expressão” e como essas narrativas foram mobilizadas dentro de uma perspectiva das relações de poder.

Por meio do levantamento de análise de material bibliográfico e jornalístico, tendo escolhido, para tal, o jornal de maior circulação do Brasil, a Folha de S. Paulo, e o levantamento e análise de material publicado nas redes sociais, tracei os passos percorridos pela Queermuseu e suas ramificações a partir do cancelamento e até a reabertura da exposição. Além disso, realizei o levantamento e análise de decisões judiciais, portarias, notas técnicas, relatórios e outros documentos, para tentar compreender a mobilização institucional a partir do caso. Notícias de jornal, publicações no Facebook e material acadêmico produzido sobre a exposição foram utilizados para a sistematização de uma cronologia dos fatos e construção, em alguma medida, da dinâmica dos acontecimentos.

A internet foi o principal meio para a realização desta pesquisa, local onde as disputas se deram de forma expressiva. Por meio do espaço cibernético, grupos conseguiram se articular e promover o cancelamento e a reabertura da exposição. Na internet, pessoas (público ou não da exposição) emitiram variadas informações sobre o assunto. Ademais, a pesquisa foi realizada em uma distância temporal de mais de dois anos do início dos acontecimentos, em 2017. Ainda que exista uma dinâmica que envolva o “mundo online” e o “mundo offline”, essa separação se torna cada vez menos clara. Dentro de um contexto de pandemia pelo COVID-19, momento no qual se insere esta pesquisa, em que quase toda a rotina de trabalho, de estudo e de pesquisa se dá no ciberespaço, essas fronteiras se mostram, em evidência, corroídas, o que na década de 1990, Turkle (1995, p. 10 apud POLIANOV, 2013, p. 62) já apontava. A internet como espaço etnográfico, apesar de apresentar certas particularidades, não se distingue de outras formas de etnografia. A internet é um fenômeno que, permeando o cotidiano, produz sentidos, tem sua própria linguagem, dinâmica e relações (HINE, 2015). O fazer etnográfico como descrição densa (GEERTZ, 1978) não se perde apenas porque estão inseridas, em alguma medida, no mundo online, ou porque são analisadas nesse espaço. Tem, a bem verdade, suas dificuldades particulares. Possui o objetivo de tentar compreender, nas palavras de Hine (2015), o modo como a atividade online produz sentido.

Dessa forma, no primeiro capítulo, para fins de contextualização, farei um breve resgate de como se apresentou, inicialmente, a exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, alguns aspectos políticos do ano de 2017 e os acontecimentos a partir do caso em si. No segundo capítulo, falarei sobre a atuação de grupos contrários à Queermuseu, focando-me no Movimento Brasil Livre e na mobilização institucional contra a mostra, dando especial atenção à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-Tratos. Já no terceiro e último capítulo, falarei sobre a campanha pela reabertura da Queermuseu e o movimento estabelecido contra a “censura”, em especial na figura do curador Gaudêncio Fidelis; por fim, farei uma breve descrição da mobilização institucional a favor, ainda que parcialmente, da reabertura e as disputas finais em torno da exposição.

CAPÍTULO 1

“UMA EXPOSIÇÃO QUEER” – O CASO “QUEERMUSEU: CARTOGRAFIAS DA DIFERENÇA NA ARTE BRASILEIRA”

Para fins de contextualização, figura-se importante falar sobre o que ensejou o presente estudo de caso, isto é, a exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, além de descrever, brevemente, o caso em si.

1.1 A exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”

Ao fazer uma rápida pesquisa pelo nome da Queermuseu no Google, é possível vislumbrar muitas notícias sobre as polêmicas que a envolveram. Até mesmo no ‘Wikipédia’ ou na apresentação da exposição pela Escola de Artes Visuais (EAV), a exposição aparece ligada aos acontecimentos em torno de seu encerramento antecipado pelo Santander Cultural, em Porto Alegre. Por isso, em um primeiro momento, busquei uma apresentação da Queermuseu anterior ao cancelamento, desconectada do que no futuro a fecharia e levaria a este trabalho.

No site do Santander¹, datado de 14 agosto de 2017, dia anterior à abertura da exposição, temos a seguinte apresentação:

O Santander Cultural apresenta a mostra Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira com mais de 270 obras – oriundas de coleções públicas e privadas – que percorrem o período histórico de meados do século 20 até os dias de hoje. Aberta ao público a partir de 15 de agosto, trata-se de uma iniciativa inédita que explora a diversidade de expressão de gênero e a diferença na arte e na cultura em períodos diversos. O Santander valoriza a diversidade e investe em sua unidade de cultura no Sul do País para que ela seja contemporânea, plural e criativa. A exposição, que adota um modelo de disposição não cronológica e propõe desfazer hierarquias, mostra que a diversidade surge refletida no modelo artístico observada sob aspectos da variedade e da diferença. Pintura, gravura, fotografia, serigrafia, desenho, colagem, cerâmica, escultura e vídeo são apresentados por meio de 85 artistas.

Nas palavras do seu curador, Gaudêncio Fidelis, na mesma apresentação, trata-se de “uma exposição queer, que busca não ditar ou prescrever regras, discute questões relativas à formação

¹ SANTANDER Cultural inaugura a exposição inédita Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira. **Santander Imprensa**, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://santanderimprensa.com.br/santander-cultural-inaugura-a-exposicao-inedita-queermuseu-cartografias-da-diferenca-na-arte-brasileira/>. Acesso em: 8 jul. 2020.

do cânone artístico e a constituição da diferença na arte.” Divulgada como uma exposição inédita com o tema Queer no Brasil, chamaram-me atenção os termos diversidade e diferença associados à exibição. Inaugurada no dia 15 de agosto de 2017, a mostra seguiria no Santander Cultural até o dia 08 de outubro de 2017. No entanto, após quase um mês sendo exibida, no dia 10 de setembro do mesmo ano, a Queermuseu foi cancelada pela instituição.

O cancelamento da Queermuseu se insere em um contexto de diversas exposições, mostras, espetáculos e obras canceladas no Brasil a partir de 2017. No mesmo mês de setembro, houve pelos menos mais três situações similares: em São Paulo, a performance “La Bête” foi acusada de incitação à pedofilia. Sob a mesma acusação, Em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, o quadro “pedofilia” foi apreendido pela Polícia Civil após um grupo de deputados estaduais registrar um boletim de ocorrência contra a exposição onde o quadro estava sendo exibido. Em Jundiaí, São Paulo, a peça “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu” foi cancelada por determinação do juiz Luiz Antonio de Campos, da 1ª Vara Cível, que a considerou “*de mau gosto*”, entendendo que figuras religiosas não poderiam ser “*expostas ao ridículo*”.² Nos próximos três anos, situações semelhantes viriam a ser noticiadas ou denunciadas em diferentes sítios na internet. De setembro de 2017 a dezembro de 2020, foram pelo menos cinquenta casos de censura mapeados pelo Observatório de Censura à Arte³, projeto que surge após o caso da Queermuseu.

Com base nas notícias da Folha de S. Paulo ao longo do ano de 2017 e 2018, notei o destaque que o cancelamento da Queermuseu tomou na mídia e os desdobramentos do caso ao longo daquele ano. Casos similares, tais como os citados aqui, apareceram também associados à Queermuseu. Foram mais de cinquenta notícias, direta ou indiretamente ligadas à exposição, na Folha de S. Paulo.

Um ano depois, em agosto de 2018, houve a reabertura da Queermuseu na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, no Rio de Janeiro. Na ocasião, a apresentação da mostra já se iniciou associada ao cancelamento para depois falar sobre o conteúdo da exposição em si e o seu ineditismo no Brasil, marcando a posição de resistência e embate contra aqueles contrários à

² PINHEIRO, Lenise. Obras são acusadas de blasfêmia, pedofilia e racismo; veja controvérsias. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 02 out. 2017. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1923578-obras-sao-acusadas-de-blasfemia-pedofilia-e-racismo-veja-controversias.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

³ OBSERVATÓRIO de Censura à arte. **Nonada – Jornalismo Travessia**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <http://censuranaarte.nonada.com.br/>. Acesso em: 5 mar 2021.

exposição, do que falarei mais detidamente no terceiro capítulo deste trabalho. Por ora, é importante que saibamos qual foi a proposta inicial da exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” e como ela se colocou desde o princípio.

1.2 O caso Queermuseu

Chamo aqui de “caso Queermuseu” a série de acontecimentos que envolveu o cancelamento da exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, exibida inicialmente pelo Santander Cultural, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Acredito que um breve resumo dos acontecimentos ajudará a formar melhor compreensão das complexidades e movimentos de embate entre os atores envolvidos, dos jogos de força de um lado e de outro, nos quais cada lado operou movimentos contrários de combate e resistência. Por isso, primeiro, farei um breve relato desses movimentos, que nos dará um panorama das narrativas apresentadas pelos dois lados. Aqui, cada lado diz respeito àqueles contrários e favoráveis à Queermuseu.

No dia 06 de setembro de 2017, um advogado chamado César Augusto Cavazzola Júnior publicou, no site Locus, um texto com a seguinte chamada: “Santander Cultural promove pedofilia, pornografia e arte profana em Porto Alegre”, com destaque para a fotografia da série de pinturas “Criança Viada”, de Bia Leite, que seria uma das mais utilizadas na campanha contrária à exposição. No primeiro parágrafo da notícia, o advogado escreve: “São cerca de 270 obras que promovem a pedofilia, a pornografia e os mais variados ataques à moral e aos bons costumes que se possa imaginar”. Utilizando-se da apresentação da Queermuseu, comentada neste trabalho, Cavazzola reproduz a fala da instituição acerca da diversidade, da pluralidade e da diferença, para rebatê-la em seguida. Fala sobre a “confusão” feita pelo curador Gaudêncio Fidelis, sobre o papel da arte em consagrar o belo e não “causar impacto” e sobre a perversão da arte e do normativo. Em seguida, convida o leitor a ver “outras obras expostas para melhor ilustrar” os seus argumentos.⁴

⁴ CAVAZZOLA JUNIOR, Cesar Augusto. Santander promove pedofilia, pornografia e arte profana em Porto Alegre. **Locus Online**. Porto Alegre, 06 set. 2017. Disponível em: <https://www.locusonline.com.br/2017/09/06/santander-cultural-promove-pedofilia-pornografia-e-arte-profana-em-porto-alegre/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

A partir desse momento, com frequência imagens de determinadas imagens da mostra seriam utilizadas como argumento e prova contra a Queermuseu. Com a notícia, pessoas e grupos associados à direita, como influenciadores digitais, passaram a visitar a exposição, filmar e fotografar determinadas obras e postar denúncias nas redes sociais. Como resposta, o Santander Cultural passou a proibir a captação de imagens dentro da exibição.

No fim, Cavazzola escreve:

Queermuseu é, assim, uma exposição voltada para uma curadoria crítica fundada na democracia e na visão de um processo de inclusão”, diz o encarte. Até mesmo o conceito de democracia não é perdoado, **pois qualquer ato de rebeldia está sendo enquadrado como “liberdade de expressão”**. (grifo meu)

Na mesma semana, foi promovida pelo Movimento Brasil Livre⁵, nas redes sociais, uma campanha pela retirada da exibição. No dia 10 de setembro de 2017, apenas quatro dias após a notícia no site Locus, a exposição foi cancelada pelo Santander Cultural. Segundo levantamento realizado pela FGV, que coletou 778 mil postagens do dia 08 a 15 de setembro, no Twitter, apenas a partir deste dia, 10 de setembro, o debate cresceu de maneira exponencial. A pesquisa também identificou a utilização de robôs no debate⁶.

A nota do Santander Cultural sobre o cancelamento dizia: “Ouvimos as manifestações e entendemos que algumas das obras da exposição ‘Queermuseu’ desrespeitavam símbolos, crenças e pessoas, o que não está em linha com a nossa visão de mundo”.

Ao buscar por notícias acerca da Queermuseu na Folha de S. Paulo, a primeira delas data-se do dia do encerramento⁷, 10 de setembro de 2017, e possui a chamada: “Após protesto, mostra com temática LGBT em Porto Alegre é cancelada”. A reportagem relata que o espaço cultural teria cedido às pressões dos internautas, que acusaram a exposição de blasfêmia a símbolos religiosos, pedofilia e zoofilia, acrescentando que “O MBL (Movimento Brasil Livre) é um dos grupos que engrossaram as críticas à mostra”. Nesta e em outras notícias, o

⁵ MOVIMENTO BRASIL LIVRE. ‘Queermuseu’. 2017. Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/page/204223673035117/search/?q=queermuseu>. Acesso em: 13 ago. 2020

⁶ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (Brasil). **Pesquisa da FGV DAPP identifica uso de robôs em 13% do debate nas redes por boicote à exposição Queermuseu**. São Paulo: FGV DAPP, 2017. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/pesquisa-da-fgv-dapp-identifica-uso-de-robos-em-13-debate-nas-redes-por-boicote-exposicao-queermuseu/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

⁷ APÓS PROTESTO, mostra com temática LGBT em Porto Alegre é cancelada. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 set. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/09/1917269-apos-protesto-mostra-com-tematica-lgbt-em-porto-alegre-e-cancelada.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

Movimento Brasil Livre foi apontado como um dos responsáveis por pressionar o fechamento da exposição.

Notícias veiculadas em canais tradicionais, feitos a Folha de S. Paulo, também convidaram o leitor a ver imagens da exposição. Esta primeira reportagem no jornal, assim como as demais, trouxe fotografias de determinadas obras da exposição e links de vídeos que a denunciavam.

Após o encerramento da Queermuseu, protestos favoráveis e contrários à mostra aconteceram em Porto Alegre, terminando em tumulto, com bombas de gás atiradas pela Brigada Militar e duas pessoas detidas, segundo a polícia. O youtuber Arthur do Val, conhecido como “Mamãe Falei”, ligado a grupos conservadores, foi agredido após fazer filmagens entre os manifestantes.⁸ No protesto, o curador da Queermuseu, Gaudêncio Fidelis, disse que a exposição procurava uma cidade mais receptiva para se instalar, tendo cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília interessadas em recepcionar a exposição.

Na mesma semana, Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas protocolaram moções de repúdio à mostra, tais como a ALERJ⁹ e a ALESP¹⁰. A ALESP, em sua moção, disse que a exposição afrontava símbolos religiosos, “além de retratarem cenas degradantes de zoofilia e pedofilia”. O cancelamento da exposição que afrontava a “maioria esmagadora da sociedade brasileira” teria sido tido como “censura”, palavra utilizada entre aspas, assim como “artistas”. As aspas são utilizadas também pela ALERJ na palavra “arte”. O uso de aspas demarca ironia quanto aos termos utilizados, quando uma palavra não se apresenta no seu sentido usual, isto é, o sentido de artista, arte e censura são postos em dúvida. Similar aos argumentos utilizados pelo Movimento Brasil Livre, como veremos a seguir, a ALESP afirma que não teria havido censura, mas sim um “boicote”, de “grande parte da população” que exerceu “legítimo direito constitucional de protestar e indignar-se, levando o Banco Santander a pôr fim nesta lamentável exposição Queermuseu”.

⁸ WENZEL, Fernanda. Em protesto, curador diz que outras cidades podem receber mostra vetada. **Folha de São Paulo**. Porto Alegre, 12 set. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/09/1917852-em-protesto-curador-diz-que-outras-cidades-podem-receber-mostra-vetada.shtml>. Acesso em: 27 jul. 21.

⁹ RIO DE JANEIRO (Estado). **Moção n. 904/2017**. Rio de Janeiro: ALERJ, [2017]. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/c5f8b6f0d3d3981783257dd5005e3435/86b1fbc24b01d201832581a00065e663?OpenDocument>. Acesso em: 30 set. 2020.

¹⁰ SÃO PAULO (Estado). **Moção n. 79/2017**. São Paulo: ALESP, [2017]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000059954>. Acesso em: 30 set. 2020.

Diferente do visto até então, as Assembleias Legislativas utilizaram, para além dos argumentos que veremos nas redes sociais, a questão da violação de direitos constitucionais e de normas penais. A moção de repúdio da ALERJ sintetiza bem esse recurso argumentativo em seu primeiro parágrafo ao afirmar que havia evidências robustas da “intenção de erotizar o público infantil”, expondo-as a imagens de “zoofilia, sexo explícito e prostituição infantil”, o que se configuraria “apologia aos crimes previstos no art. 32 da Lei de Crimes Ambientais, art. 241-C do ECA e no art. 208 do CP”. A exposição é acusada de possuir a finalidade de “doutrinação amoral do público infantojuvenil e apologia a crimes diversos”.

Desde a leitura de notícias de jornal acerca da Queermuseu, chamou-me atenção a utilização da proteção à infância como argumento que justificaria a violação de direitos por parte da exposição. Além da primeira denúncia no site Lócus, pouco se discutiu o conteúdo da exibição em si, havendo, por outro lado, uma dissociação da Queermuseu como arte, sem que se explicasse o que seria arte em si. Apesar dos grupos defensores da exposição, como artistas, terem argumentado acerca da incompreensão de grupos opositores como o MBL, o discurso desses grupos não se pautou no entendimento ou não das obras, mas no que elas “ferem”. A discussão não perpassou valores estéticos ou subjetivos das obras em si, mas o que elas “defendem”.

Como veremos mais detidamente a seguir, enquanto grupos, destacando-se o Movimento Brasil Livre (MBL), acusaram a exposição de fazer apologia à zoofilia e à pedofilia, além de vilipendiar a religião, a comunidade artística apontou para a censura que estava sendo iniciada com o fechamento abrupto da exposição pelo Santander Cultural. As moções de repúdio aqui referidas, além da própria narrativa do MBL, posicionaram-se de maneira a combater os argumentos daqueles favoráveis à exposição, colocando-se como representantes da “população brasileira”. Da mesma maneira, para resistir aos ataques, grupos favoráveis à exposição acusaram grupos contrários de censura, conservadorismo e fascismo.

Diante das acusações à violação de direitos, as instituições passaram, em resposta, a agir. Foram diversas as manifestações por parte das instituições no caso da Queermuseu, com atuação do Judiciário, do Legislativo e do Executivo. Notas técnicas, moções de repúdio, projetos de lei, inquéritos civis, recomendações, a comissão parlamentar de inquérito e decisões

judiciais foram alguns dos instrumentos utilizados ao longo dos anos de 2017 e 2018 para garantir ou impedir a exposição, para atacá-la ou defendê-la.

Em 28 de setembro de 2017, o Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul recomendou¹¹ a imediata reabertura da exposição, constatando a ausência de apologia à pedofilia, à zoofilia ou qualquer violação ao interesse de crianças e adolescentes. Apesar da recomendação, o Santander não voltou atrás em sua decisão e a exposição não foi mais exibida no local.

Em outubro de 2017, o MAR (Museu de Arte do Rio) se disponibilizou a receber a exposição. Porém, o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, afirmou, em um vídeo em suas redes sociais, que “só se for para o fundo do mar”¹², expressando-se contra a realização da exposição no museu. Como o município participa do Conselho Curador do MAR, a exposição foi vetada pelo prefeito, apesar do conselho ter sido favorável à realização.

No mesmo mês, começou a tramitar o Projeto de Lei n. 3452/2017, que visou proibir a utilização de equipamentos públicos estaduais para realização de exposições e demais performances artísticas que fizessem “apologia à pedofilia, zoofilia, a erotização infantil, ao uso de drogas e ao vilipêndio de símbolos e crenças religiosas (sic)”, tendo como justificativa que “o Estado do Rio de Janeiro não deve apoiar eventos que façam apologia a este e a outros crimes em seus equipamentos públicos e não deve incentivar a realização dos mesmos através da Lei de Incentivo à Cultura.”¹³

Ainda em outubro, a Procuradoria dos Direitos do Cidadão/PFDC, do Ministério Público Federal, emitiu detalhada nota técnica¹⁴ acerca da liberdade de expressão artística em face da proteção de crianças e adolescentes.

¹¹ RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público Federal. **Recomendação PRDC/RS n. 21/2017**. Rio Grande do Sul: Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/rs/sala-de-imprensa/docs/recomendacoes/2017/recomendacao-queermuseu-porto-alegre/view> Acesso em: 31 out. 2020.

¹² SÓ SE for para o fundo do mar, diz Crivella sobre ‘Queermuseu’ no Rio. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 02 out. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1923483-so-se-for-para-o-fundo-do-mar-diz-crivella-sobre-queermuseu-no-rio.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

¹³ RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei n. 3452/2017**. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa, [2017]. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/1061f759d97a6b24832566ec0018d832/f919358926e42da2832581ae00502117?OpenDocument&Start=1.1.1.6>. Acesso em: 30 set. 2020.

¹⁴ BRASÍLIA. Ministério Público Federal. **Nota técnica n. 11/2017/PFDC/MPF**. Distrito Federal: Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, 2017. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.br/temas-de-atuacao/direitos->

Em novembro de 2017, foram convocados para oitiva na audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus Tratos, na Câmara dos Deputados, o presidente e ex-presidente do Santander Cultural, Marcos Madureira e Sérgio Rial, respectivamente, assim como Gaudêncio Fidelis, curador da exposição Queermuseu. A CPI investigava denúncias de violações ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Magnus Malta, que a presidia, fez críticas à exposição, afirmando que esta continha obras com “cristofobia, católicofobia, evangélicofobia e familiofobia (sic).”¹⁵

A Escola de Artes Visuais do Parque Lage (EAV) se prontificou a receber a exposição no Rio de Janeiro, por meio de um acordo entre a Secretaria do Estado de Cultura e a curadoria da Queermuseu. No início do ano de 2018, foi iniciado um financiamento coletivo para custeá-la, que arrecadou mais de um milhão de reais, tornando-se, até então, a maior campanha de financiamento coletivo do país.

Deputados federais e estaduais apresentaram moções de repúdio à exposição, com acusações e pedidos para que a mostra não viesse a público, direcionadas ao Ministério Público do Rio de Janeiro, que instaurou um Inquérito Civil¹⁶ para averiguar as acusações. Em agosto de 2018, o MPRJ emitiu recomendação ao curador da exposição, Gaudêncio Fidelis, e aos representantes da EAV e à Associação dos Amigos da Escola de Artes Visuais do Parque Lage (AMAEV) para que se fixasse, em local visível e de fácil acesso, na entrada da exposição, informações acerca da natureza desta (conteúdo com nudez e sexo), sendo não recomendada para menores de 14 anos, informação que deveria constar, do mesmo modo, nos materiais de divulgação. A idade foi baseada no parecer do Ministério da Justiça para o Guia de Classificação Indicativa, apesar de exposições dessa natureza não estarem sujeitas à classificação indicativa, sendo responsabilidade dos realizadores atentarem-se a isso, conforme disposto no art. 4º e §1º da Portaria MJC n. 368/2014.¹⁷

sexuais-e-reprodutivos/nota-tecnica-liberdade-artistica-e-protecao-de-criancas-e-adolescentes. Acesso em: 17 ago. 2020.

¹⁵ BOLDRINI, Angela. Presidente do Santander Cultural diz que mostra não incentivou pedofilia. **Folha de São Paulo**. Brasília, 21 nov. 2017. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/11/1936996-presidente-do-santander-cultural-diz-que-mostra-nao-incentivou-pedofilia.shtml>. Acesso em: 11 abr. 2019.

¹⁶ RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Primeira Promotoria de Justiça de Justiça de Tutela da Infância e Juventude da Capital. **Portaria n. 03/2018**. Inquérito Civil n. 01062736/2017.

¹⁷ RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Primeira Promotoria de Justiça de Justiça de Tutela da Infância e Juventude da Capital. **Recomendação n. 05/2018**. Inquérito Civil n. 0003/2018.

O Deputado Estadual Marcio Henrique Cruz Pacheco apresentou pedido de providências à 1ª Vara Da Infância, Adolescente e Idoso. O Juízo da Vara proferiu decisão liminar determinando a classificação proibitiva para entrada de menores de 14 anos, ainda que acompanhados dos responsáveis, e acesso a jovens de 14 e 15 anos apenas acompanhados dos pais. Diante disso, a EAV interpôs Agravo de Instrumento, cuja decisão antecipatória reestabeleceu a classificação indicativa, reformando a decisão da 1ª Vara da Infância e Juventude.

Apesar de ter sido organizado um protesto com a presença do MBL e de grupos religiosos no dia da reabertura, a exposição aconteceu sem grandes problemas na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, a partir do dia 18 de agosto de 2018.

Com este breve panorama, pudemos entrever que, como um grande jogo de xadrez ou, mais precisamente, feito um cabo de guerra, os atores, em sentidos opostos, contra e a favor da Queermuseu, movimentam-se, combatem e confrontam o adversário, produzindo sentidos acerca de liberdade de expressão, violação de direitos, censura e proteção à infância.

Resumo dos acontecimentos:

Assim, convém elencar aqui um resumo dos acontecimentos apresentados até então:

1. Em 15 agosto de 2017, a exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” é exibida no Santander Cultural de Porto Alegre;
2. Em setembro de 2017, há uma movimentação nas redes sociais contra a exposição, relacionando a mostra à pedofilia, zoofilia e vilipêndio à religião;
3. Em 10 de setembro, o Santander retém as obras e cancela a exposição;
4. Em setembro de 2017, o MPRS realiza visitas à exposição, constata a ausência de qualquer violação ao interesse de crianças e adolescentes e recomenda a reabertura da exposição;
5. No mesmo mês, protesto contra o fim da exposição acaba em conflitos e Arthur do Val, favorável ao encerramento da exposição, é agredido;
6. No final de setembro do mesmo ano, o Santander resolve não reabrir a exposição;
7. Em seguida, o MAR se disponibiliza a receber a Queermuseu;

8. Em outubro de 2017, a exposição é impedida de acontecer pelo prefeito Marcelo Crivella, já que o município participa do Conselho Curador do MAR;
9. Projeto de Lei n. 3452/2017 visa proibir a utilização de imóveis estaduais para realização de exposições e demais performances artísticas que fizessem apologia à pedofilia, zoofilia, erotização infantil, uso de drogas e vilipêndio a símbolos e crenças religiosas.
10. Em novembro de 2018, Fidelis e outros são chamados para audiência da CPI dos Maus Tratos;
11. No início de 2018, o EAV se prontifica a receber a exposição e é organizado um financiamento coletivo para realização da exposição no Parque Lage;
12. Em 2018, deputados federais e estaduais apresentam moções de repúdio à exposição ao MPRJ;
13. Em fevereiro de 2018, é instaurado o Inquérito Civil n. 2017.01062736 pelo MPRJ;
14. Em agosto de 2018, MPRJ recomenda a classificação indicativa de 14 anos e aviso de seu conteúdo nos informativos e na entrada da exposição;
15. No mesmo mês, o Deputado Estadual Marcio Henrique Cruz Pacheco apresenta pedido de providências à 1ª Vara Da Infância, Adolescente e Idoso. Ação n. 0195023-46.2018.8.19.0001;
16. Nas vésperas da reabertura da Queermuseu, em agosto de 2018, o Juízo da Vara profere decisão liminar proibindo a entrada de crianças e adolescentes menores de 14 anos, ainda que acompanhados dos pais, e a entrada de jovens de 14 e 15 anos desacompanhados;
17. Em resposta, o EAV interpõe agravo de instrumento n.º 0045759-55.2018.8.19.0000;
18. O TJRJ profere decisão antecipatória e reestabelece a classificação indicativa, reformando a decisão da 1ª Vara Da Infância, Adolescente e Idoso;
19. Em 18 de agosto de 2018, a exposição acontece na EAV, com um aviso de conteúdo e permissão para menores acompanhados dos pais.

CAPÍTULO 2

VIOLAÇÃO DE DIREITOS: INFÂNCIA, FAMÍLIA E FÉ

Neste capítulo, analisarei os argumentos articulados contra a exibição da exposição “Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira”, concentrando-me, em um primeiro momento, na atuação do Movimento Brasil Livre no que diz respeito às categorias nativas: “proteção à infância”, “esquerda”, “censura” e “boicote”. Em seguida, falarei sobre como as instituições foram mobilizadas, no que diz respeito à atuação contrária à Queermuseu, e a utilização da proteção à infância como argumento central para o cancelamento da exposição por parte destas.

2.1 “Tem gente que não sabe a diferença entre CENSURA e BOICOTE” – O Movimento Brasil Livre

Desde o primeiro momento em que tive contato com o caso Queermuseu, por meio da Folha de S. Paulo, o nome Movimento Brasil Livre (MBL) foi uma constante. Apesar de já conhecer o movimento e sua atuação como grupo de direita, busquei entender a sua atuação no caso da Queermuseu e o contexto do movimento no ano de 2017. Antes, porém, precisei entender, afinal, o que era o Movimento Brasil Livre. Para isso, busquei utilizar os sentidos que o MBL atribui a si próprio em seu site, em seus vídeos e nas redes sociais, espaços controlados e monopolizados pela voz do movimento. Minha escolha se dá porque o ciberespaço é o espaço central do MBL, que nasce e se constrói on-line, assim como esta pesquisa.

O Movimento Brasil Livre (MBL) é um movimento político que surgiu no final do ano de 2014, com manifestações em apoio à Operação Lava Jato. Em 2016, destacou-se com a participação em protestos contra o governo e pelo *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Nesse mesmo ano, membros do movimento foram eleitos para cargos de vereador e prefeito e, nas eleições seguintes, para deputado. Em seu site¹⁸, o MBL diz que

se propõe a promover o liberalismo como a filosofia política orientadora da atuação do Estado no Brasil. Para tanto, defendemos a liberdade individual, a propriedade privada e o Estado de Direito como conceitos fundamentais de uma sociedade que se propõe a ser livre, próspera e justa.

¹⁸ MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Bem-vindo ao MBL!**. [S. l.], 2014. Disponível em: <https://mbl.org.br/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

O grupo, portanto, se apresenta como defensor do liberalismo. Além disso, o MBL possui grupos de discussão, cursos e promove congressos anuais. Em 2021, o movimento criou a “Academia MBL” para formação de líderes e preparação de militantes com “aulas de liderança, organização e militância, marketing político, filosofia, retórica e debates, economia e gestão pública”, que se propõe a ensinar os valores e a atuação do movimento, desde a criação de memes¹⁹ até a candidatura para as eleições, estruturando uma proposta que já vinha desenvolvendo nos últimos sete anos.

Em um vídeo de apresentação²⁰, feito em 2021, o MBL conta a sua trajetória. A voz é de Renan Santos, organizador e um dos cofundadores do movimento. No vídeo, ele diz que há muitas versões do MBL, sob diferentes perspectivas, “algumas verdadeiras e outras nem tanto”, incluindo a “a verdade no olho do inimigo”, isto é, daqueles que não gostam do movimento, no que se acrescenta: “é possível que você esteja entre eles”. O vídeo, ao se propor a explicar “O que é o MBL?”, como diz o título, dirige-se não apenas aos possíveis apoiadores e interessados, mas também aos que desgostam do movimento e querem ver “se o diabo é tão feio quanto pintam”. Na apresentação, ele aponta que o MBL nasceu para resolver uma questão pontual (“contra o governo Dilma”), mas que cresceu, consolidou-se e hoje atua em diversas atividades, sendo a primeira delas as redes sociais, que alcançam milhões de seguidores.

Ao pesquisar pelo termo “Queermuseu” na página do Facebook do Movimento Brasil Livre, encontrei mais de vinte postagens relacionadas à exposição nos anos de 2017 e 2018, sendo a maior parte delas entre 08 de setembro de 2017 e 10 de outubro de 2018, destacando-se o ano de 2017, cujas postagens chegavam a quatro por dia.²¹ Em 2018, as manifestações sobre o assunto foram rareando. Das publicações encontradas, há chamadas para notícias, vídeos, textos e imagens. Grande parte das notícias se direciona a sites hoje indisponíveis, anteriormente ligados ao MBL, como o jornalivre.com, odiarionacional.com e ceticismopolitico.org. O movimento, assim, retroalimenta-se, utilizando suas próprias fontes de notícias e pesquisa. Já no canal do Youtube do MBL, encontrei sete vídeos sobre a exposição,

¹⁹ Meme é um termo conceituado como imagem, informação ou ideia que se espalha rapidamente através da Internet, correspondendo geralmente à reutilização ou alteração humorística ou satírica de uma imagem.

²⁰ O QUE é o MBL? Publicado pelo MBL – Movimento Brasil Livre. Youtube, [S. n.], 2021. 1 vídeo (7:02min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pNoJ2f3qAgg>. Acesso em: 10 ago. 2021.

²¹ MOVIMENTO BRASIL LIVRE. ‘Queermuseu’. 2017. Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/page/204223673035117/search/?q=queermuseu>. Acesso em: 13 ago. 2020.

todos de 2017. Levantei essas postagens e vídeos no intuito de compreender os argumentos utilizados pelo Movimento Brasil Livre para se posicionar contrariamente à Queermuseu e sua narrativa quanto à liberdade de expressão, narrativa essa que está intrinsicamente ligada aos interesses políticos do movimento. Apesar dos diversos vídeos de outros grupos, ligados ou não ao MBL, que surgiram a partir da exposição, com filmagens de obras da Queermuseu, optei, por uma questão de viabilidade e de objetividade, concentrar-me nas redes sociais do Movimento Brasil Livre.

Em 10 de setembro de 2017, dia em que a exposição foi cancelada pelo Santander Cultural, o Movimento Brasil Livre compartilhou uma postagem de Kim Kataguirí, um dos principais membros do movimento, transcrita aqui:

Sobre a história do “Santander Cultural”. Sim, o MBL pressionou para que não acontecesse. Uma coisa é defender que todos sejam tratados de maneira igual, independentemente de orientação sexual, outra coisa é usar dinheiro da LEI ROUANET para financiar uma amostra para CRIANÇAS que conta com PEDOFILIA e ZOOFILIA. Criem vergonha na cara, canalhas!²²

No dia 11 de setembro, houve quatro publicações sobre a Queermuseu. No vídeo intitulado “Desafio ao Santander”, Kim Kataguirí diz que eles [o movimento] venceram e o Santander recuou, fechando a mostra que “expõe as crianças à zoofilia, pedofilia e de ataques ao cristianismo”.²³ Outra postagem diz: “O Santander cancelou uma amostra de ‘arte’ com material que contém pedofilia e zoofilia direcionado a público (sic) escolar após pressão nas redes do MBL e de outros grupos de direita”.²⁴

Assim que a exposição foi cancelada, o Movimento Brasil Livre confirmou sua participação e protagonismo no “reco” do Santander Cultural e na “vitória” do grupo. O cancelamento da exposição pelo Santander Cultural se tornou uma vitória do movimento em si e da suposta população representada por ele. Nas publicações, a palavra arte aparece muitas

²² MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Kim Kataguirí**: ‘Sobre a história do ‘Santander Cultural’. Sim, o MBL pressionou para que não acontecesse. Uma coisa é defender que todos sejam tratados de maneira igual, independentemente de orientação sexual, outra coisa é usar dinheiro da LEI ROUANET para financiar uma amostra para CRIANÇAS que conta com PEDOFILIA e ZOOFILIA. Criem vergonha na cara, canalhas!. 10 set. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/680209612103185>. Acesso em: 13 ago. 2020.

²³ MBL – Movimento Brasil Livre. **Desafio ao Santander Cultural**. Youtube, 2017. 1 vídeo (1:12 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rve-XNw4d-s&t=8s>. Acesso em: 13 ago. 2021.

²⁴ MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **O Santander cancelou uma amostra de ‘arte’ com material que contém pedofilia e zoofilia direcionado a público escolar após pressão nas redes do MBL e de outros grupos de direita**. 10 set. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/680258218764991>. Acesso em: 13 ago. 2020.

vezes entre aspas, enquanto as palavras pedofilia, zoofilia e crianças aparecem em caixa alta. As manifestações on-line do MBL, tanto por meio de publicações escritas, quanto por vídeos, transmitem indignação contra a exposição e aqueles que a defendem, mas também contra os que criticam a posição do movimento e as acusações de conservadorismo de que eles se dizem alvos. Há dois discursos paralelos e complementares, de ataque e defesa: 1. a exposição defende a pedofilia, a zoofilia e o vilipêndio à religião cristã, valores contrários ao da maior parte da população; e 2. o cancelamento da exposição é uma manifestação liberal da liberdade de expressão por meio do boicote (e não de censura). Há um jogo intrincado de ações e reações daquilo que o MBL manifesta, mas também daquilo que é manifestado sobre o movimento e que precisa ser combatido. Torna-se fundamental para o Movimento Brasil Livre deixar claro não apenas o que é dito, mas principalmente por quem é dito. O MBL posiciona-se e posiciona o Outro, seu inimigo. Para se objetivar como sujeito, o MBL precisa definir seus adversários, aquilo que o movimento nega, no que Foucault (1995) chama de práticas divisórias.

No dia 12 de setembro de 2017, houve a seguinte publicação escrita, seguida do vídeo “MBL manda a real sobre boicotes e a exposição do Santander”²⁵:

CONTRA A DESONESTIDADE

Muita desinformação rolou nos últimos dias sobre o cancelamento da exposição do Santander. **Espanta ver gente defendendo que dinheiro público financia “arte” enquanto quase metade da população nem saneamento básico (sic). Espanta também a quantidade de jornalista com formação sendo desonesto e comparando boicote a censura. Não reconhecer o direito de indivíduos de realizarem boicotes a coisas que não gostam é dar um grande passo em direção ao totalitarismo.**²⁶
(grifos meus)

No vídeo, há dois homens de blusa social e paletó, sentados em uma mesa com um computador à frente. Ao fundo, há uma parede azul com símbolos do MBL. Kim Kataguirí segura uma caneta e olha diretamente para a câmera enquanto fala. O outro homem olha para o computador e só se volta para a câmera no momento de falar. Os vídeos de posicionamento do MBL seguem esse padrão: roupas sociais, ar informativo e profissional, em cenários de escritório. Na transcrição de falas, escolhi demarcar os momentos de maior elevação na voz por meio de caixa alta, recurso similar ao que o movimento utiliza em suas manifestações escritas.

²⁵ MBL manda a real sobre boicotes e a exposição do Santander. Publicado pelo MBL – Movimento Brasil Livre. Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (4:33 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3EbqEbTg50Q&t=2s>. Acesso em: 13 ago. 2021.

²⁶ MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **CONTRA A DESONESTIDADE**. 12 set. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/681885708602242>. Acesso em: 13 ago. 2020.

O vídeo começa com a fala de Kim Kataguirí:

Fazem uma mostra com zoofilia, com pedofilia, com uma imagem de Jesus Cristo com várias hóstias escrito (sic) vagina, escrito vulva [no fundo, há uma voz aguda dizendo “pimba pimpa”] dizendo que isso é para pregar tolerância, democracia, inserir a comunidade LGBT na sociedade, tudo isso com dinheiro público, e **quando nós protestamos contra isso, nós somos os censores, nós somos autoritários, nós somos os ditadores!** Ora, **quem foi que pegou dinheiro dos pagadores de impostos, em meio a uma das maiores crises da história do país, para fazer uma exposição que promove ZOOFILIA, PEDOFILIA E ATAQUES AO CRISTIANISMO para CRIANÇAS** [com ênfase]? **Que fique bastante claro que era para CRIANÇAS! O edital dizia que era para CRIANÇAS! Foram impressos, foram produzidos panfletos para professores e para alunos da rede pública e da rede privada. No que isso ajuda na causa LGBT? O que nós fizemos foi boicote e até alguns ditos liberais disseram que a gente estava defendendo censura. BOICOTE.** Boicote é um dos maiores instrumentos liberais do capitalismo. Não existe exemplo maior da soberania do consumidor do que boicote: é quando o cliente manda o recado para a empresa para os produtos que ele consome: olha, o que você está fazendo é errado. Não representa os meus valores. Pare de fazer isso! Isso é o boicote. Agora, **se na opinião da esquerda boicote é censura**, por que boicotaram a Heineken quando fizeram uma propaganda supostamente machista? Por que boicotaram a Alesia quando colocou uma mulher de biquini? Por que boicotaram a Riachuelo quando colocaram o apenas casais heterossexuais no dia dos namorados? **Se boicote é censura, então vocês são censores profissionais!** (grifos meus).

Esse primeiro vídeo proporciona um bom panorama dos argumentos apresentados pelo MBL no caso da Queermuseu, de forma geral. O primeiro argumento que me chama atenção, repetido diversas vezes pelo movimento, diz respeito ao fato de a exposição não apenas promover ou incentivar a pedofilia, a zoofilia e o desrespeito ao cristianismo, mas de ser uma exposição voltada para o público escolar.

O outro homem, cujo nome desconheço, diz em seguida, no mesmo vídeo:

Tem muita gente, assim, **todo inimigo, toda horda esquerdista e até alas, por incrível que pareça, da direita**, tentando atribuir tudo isso ao MBL, quando o MBL não quer pegar crédito pelo trabalho alheio. **Primeira coisa, gente, o boicote só deu certo, o Santander só voltou atrás por causa da sociedade, porque se o MBL tivesse postado algum negócio e a sociedade não tivesse reagido, ia passar despercebido e o Santander não ia ter feito isso.** O Santander fez isso porque começou a mexer no bolso dele! Porque o Santander tem clientes e os clientes reagiram a isso. As pessoas cancelando, transferindo suas contas correntes [...] [de novo o som agudo ao fundo: “pimba”] **o MBL, o inimigo público número 01 da esquerda, hoje é alvo, nós transformados em nazistas [...]** quando eles estão associando o MBL a fascistas e nazistas, eles estão associando vocês, tá! [aponta para a câmera] não é a gente, a gente aqui, ó, de CIA, de ganhar dinheiro do PMDB, PSDB, de senador, a gente... já tá tudo no nosso caminhãozinho, mas **quando fala isso da gente, ele tá falando isso de vocês!** [aponta para a câmera] (grifos meus)

Apesar de alinhado, politicamente, com grupos conservadores, o MBL busca deixar claro que é a favor do liberalismo e que não é um grupo conservador ou reacionário, mas que apenas defende o direito das crianças e dos adolescentes. Os ataques que o MBL sofre seriam fruto de seus “inimigos”, que o acusam de nazismo e de fascismo. Ao lado do povo ou, talvez mais precisamente, representantes da população indignada com a Queermuseu, que fere valores e corrompe a infância, o movimento deixa claro que não se trata de inimigos apenas do movimento, mas dos seus apoiadores. Em determinado momento do vídeo, Kataguiiri diz que até podem fazer uma exposição que promova a pedofilia e a zoofilia, contanto que ela seja feita com dinheiro privado e que se volte para adultos. Ele diz, no final do vídeo:

E o pior de tudo é jornalista o dia inteiro ligando para o MBL falando “ah, mas vocês estão apoiando censura, qual será o próximo passo, é queimar livros? agora vocês vão decidir o que as pessoas veem ou deixam de ver?” NÃO! Querem organizar essa porcaria dessa mostra aí, organiza com dinheiro privado e para ADULTOS. **Sem escola pública, sem escola particular, sem escola.** Para adulto! Se adulto quer ver, que veja, estou pouco me lixando se você quer ver um cordeiro sendo estuprado, não é o meu problema. Agora, não me venha dizer que uma hóstia escrito cu é combate à homofobia, que uma hóstia escrito vagina vai melhorar a situação da comunidade LBGT dentro da sociedade (sic). PORQUE NÃO VAI. Vai piorar, vai fazer com que digam que os LBGTs são intolerantes quanto ao cristianismo e NÃO SÃO, NÃO SÃO! Essa exposição não representa! (grifo meu)

O MBL insiste, portanto, que a exposição utilizou recursos públicos para “financiar uma mostra para crianças”. No vídeo intitulado “Kim Kataguiiri desmascara hipocrisia de esquerda pró zoofilia e pró pedofilia” e com a chamada “Kim Kataguiiri manda a real sobre os que defendem a exposição zoófila e pedófila Queermuseu do Santander”, Kataguiiri diz mais uma vez que teriam sido criados panfletos sobre a mostra para alunos e professores da rede pública, dando ênfase à ideia de que a exposição se direcionaria às crianças. Questiona, ainda, como isso ajudaria a população LBGT, dizendo ter amigos homossexuais que ficaram ofendidos com a exposição. Fala que “homossexualismo (sic) não tem a ver com perversão”.

No vídeo “Kim Kataguiiri manda a real sobre o boicote ao Santander Cultural”²⁷, Kataguiiri veste uma camisa social e está sentado em um cenário com a bandeira do Brasil, a bandeira de São Paulo e uma mesa de trabalho ao fundo. Ele diz:

Tem um pessoalzinho (sic) de esquerda aí dizendo que o MBL é autoritário, que o MBL é fascista, que o MBL persegue a cultura, persegue a arte, simplesmente porque

²⁷ KIM Kataguiiri manda a real sobre o boicote ao Santander Cultural. Publicado pelo MBL – Movimento Brasil Livre. Youtube, /S. n./, 2017. 1 vídeo (2:22 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I8RkIFuEsWs>. Acessado em: 13 ago. 2021.

a gente promoveu uma campanha de BOICOTE a uma exposição que queria mostrar PEDOFILIA, ZOOFILIA E OFENSAS À FÉ CRISTÃ, OFENSAS À IMAGEM DE JESUS CRISTO PARA CRIANÇAS! Para crianças de escolas públicas e de escolas particulares.

Como já comentado no capítulo anterior, o movimento depreende uma campanha contra a chamada ideologia de gênero. Em 01 de outubro de 2017, o MBL compartilha um link²⁸ de uma chamada “[EXCLUSIVO] Doutrinação em sala: professor pede redação sobre “intolerância com a exposição Queermuseu” do jornalivre.com, jornal ligado ao movimento, hoje indisponível, com o comentário: “Escola Sem Partido já”. Há, por trás da campanha contra a pedofilia, uma agenda de defesa à Escola sem Partido, sendo a campanha contra a Queermuseu divulgada simultaneamente àquela na página do Facebook do Movimento Brasil Livre (LANDINI, 2018). As publicações e falas do MBL buscam associar a Queermuseu ao perigo da ideologia de gênero, no qual professores levariam alunos, tanto da rede pública quanto da rede privada, a exposições de conteúdo imoral, que corrompem a infância.

Há, por parte do Movimento, a intenção de associar a Queermuseu com pautas de esquerda, principalmente do Partido dos Trabalhadores (PT). A construção daqueles favoráveis à exposição como “a esquerda” e como “inimigo” se alinha ao discurso que associa essa esquerda à ideologia de gênero e à violação de direitos da infância, pauta sensível à população em geral. Ser contra a violação de direitos à infância é ser contra a esquerda que a promove. No dia 12 de setembro de 2017, houve um protesto contra o fechamento da Queermuseu e o youtuber e membro do MBL Arthur do Val, conhecido como “Mamãe Falei”, sofreu agressões. No dia 14 de setembro, o MBL publicou o link de uma notícia (agora indisponível) do site jornalivre.com com a seguinte chamada: “professor espanca MamãeFalei durante manifestação e mostra o tipo de educação que dá aos seus alunos”²⁹. No dia seguinte, 15 de setembro, outra chamada do mesmo jornal: “Professor que agrediu MamãeFalei é filiado do PT” com o comentário do MBL: “O comportamento condiz com o partido”.³⁰

²⁸ MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Escola Sem Partido já!**. 1 out. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/698496680274478>. Acesso em: 13 ago. 2020.

²⁹ MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Que exemplo esse professor está passando para os seus alunos?** 14 set. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/684607668330046>. Acesso em: 13 ago. 2020.

³⁰ MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **O comportamento condiz com o partido.** 15 set. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/685774038213409>. Acesso em: 13 ago. 2020.

Uma das primeiras postagens sobre a Queermuseu também fala sobre o partido, dizendo que:

O secretário de cultura **PETISTA** que o Prefeito Kallil importou de São Paulo. **ex-ministro de Lula e Dilma e ex-secretário do Haddad**, um profissional da indicação política e **ativista histórico do PT**, prometeu trazer para BELO HORIZONTE a exposição fechada pelo Santander em Porto Alegre, **por fazer apologia à Pedofilia e à Zoofilia e atacar a fé católica com obras de arte literalmente nojentas e repugnantes, supostamente para ser apreciadas por crianças das escolas da cidade!**³¹ (grifos meus)

Artistas que defendem a mostra são a “esquerda brasileira”, “protegidos e mimados em sua redoma de fama e bajulação”. Em uma nota no Facebook, o Movimento diz: “Supunham [...] que o Brasil haveria de se render a todos os Leblons e Vilas Madalenas, que o país era o palco onde eles brilhariam impunemente”, dizendo que eles perderam Brasília (em referência ao Impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016) e “Quando tentaram aliciar crianças para seu levante contra a “Pec do Fim do mundo”, foram desmascarados pelo MBL”. Estariam, segundo o Movimento, acuados em universidades, escolas, redações e nas leis de incentivo. “De lá, tentam orquestrar uma patética reação, lutando desavergonhadamente pela sexualização das crianças, destruição da instituição familiar e pela doutrinação política em salas de aula.”. A partir daí, diz que estão juntos de “milhões” e que o “novo Brasil” privatizará as universidades, investindo em educação básica e que terá

escola sem partido para lutar contra a doutrinação sem limites; terá a internet para combater a imprensa que tem lado; e dará fim aos abusos representados pela Lei Rouanet e outros meios de transferência de dinheiro dos mais pobres para os mais chiques, bonitos e bem conectados.

Nós venceremos essa luta [...]

E venceremos pois não é o MBL que vocês combatem. É a Dona Regina. É o Seu João. A dona Maria. É o Brasil de verdade. (grifos meus)

O MBL se coloca como uma figura ao lado do povo contra artistas e intelectuais ricos que vivem de verbas públicas e tomam dinheiro dos mais pobres, estão nas escolas, nas universidades e na imprensa hegemônica para promover sua doutrinação de esquerda com apoio à sexualização infantil e à pedofilia. Falam em “guerra” e “luta” para combater esse mal promovido pela esquerda, mesmo que os realizadores da mostra não tenham se declarado

³¹ MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Secretário nomeado por Alexandre Kalil disse que vai trazer a exposição recheada de pedofilia, zoofilia e agressões ao cristianismo. E é claro que tudo vai ser pago com o dinheiro do povo de Belo Horizonte. Não podemos deixar isso acontecer, compartilhe esse post e vamos mostrar a nossa indignação.** 12 set. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/682122028578610>. Acesso em: 13 ago. 2020.

pertencentes a nenhum grupo ou partido. A exposição, defendem, não deveria ter sido financiada pela Lei Rouanet, colocando os artistas como indivíduos privilegiados que se utilizam de dinheiro público para “banciar regalias”, enquanto as pessoas comuns vivem em dificuldades financeiras. O MBL usa o termo “Brasil de verdade” para falar sobre a “maior parte da população” que eles são e representam.

O Movimento Brasil Livre, ao trazer essas pautas moralizantes, associa-as à esquerda e à necessidade da Escola Sem Partido para pôr fim ao “perigo esquerdista” que vai contra valores como a família, a infância e a sexualidade heteronormativa. É um discurso que parte do pressuposto de representar toda uma coletividade, a “população brasileira” contra o “outro”: artistas, professores, esquerdistas. Ao buscar pelas palavras que foram utilizadas no discurso de grupos que se opuseram à reabertura da exposição, Andrade (2019, p. 54) encontrou “Pedofilia, pornografia, zoofilia, ofensa, imposição, esquerda, boicote, denúncia, dinheiro público, família e ideologia de gênero”, todos abarcados pelo discurso do MBL.

Dentro de um contexto político de forte polarização e da captura de discursos morais pela política, o debate em torno da Queermuseu passa a envolver não apenas categorias morais (pedofilia) e jurídicas (liberdade de expressão e censura), mas políticas, já que aqueles que defendem a exposição são colocados como “esquerda” e os opositores como “direita”. São tidos como “esquerda” todos os que defendem a realização da exposição, que é vista como uma mostra de esquerda, já que, como aponta Esther Solano (2017), no binarismo moral, tudo que se opõe aos valores conservadores é assim encaixado, sem possibilidade de debate. Como bem analisa Sara Andrade (2019, p. 48):

A oposição discursiva coloca em jogo projetos coletivos e individuais que envolvem um conjunto de ideias que acaba por influenciar o pensamento de um grande grupo de pessoas; dada a proximidade argumentativa dos grupos de direita às pautas da bancada evangélica e à crescente adesão dos brasileiros a religiões cristãs protestantes, o debate resultou em uma participação política por associativismo, que é normalmente responsável por mobilizar de forma polarizada a opinião pública.

Em um momento pré-eleições de 2018 e com a discussão sobre o Escola Sem Partido em alta, o MBL traz a Queermuseu como uma representação da imoralidade da esquerda e do perigo para as crianças que a escola representa. Ainda, alinhando-se a pautas recorrentes de grupos conservadores, com o apoio à candidatura de Jair Bolsonaro, o MBL cresceu em popularidade e conseguiu eleger seus membros, em destaque nas redes sociais, no ano seguinte:

Arthur do Val e Kim Kataguirí foram eleitos para os cargos de deputado estadual e federal, respectivamente, além de Fernando Holiday, eleito no ano de 2016 para o cargo de vereador.

No entanto, para se posicionar como direita liberal, o Movimento Brasil Livre justificou o seu posicionamento por meio da liberdade de expressão. No vídeo já citado, Kataguirí diz que o que o MBL promoveu o boicote, um instrumento liberal, e não a censura, afirmando que “o nosso direito de liberdade de expressão está garantido”. No mesmo dia, a página do MBL comenta³²: “Diferente do que os esquerdistas querem sugerir, fazer pressão popular e boicote não tem nada a ver com censura.” No dia anterior, publicaram: “Após o boicote espontâneo de seus clientes, o banco Santander recuou e resolveu cancelar a exposição, já a imprensa e a esquerda continuam insistindo no erro e agindo como verdadeiros fascistas ao tentar condenar o MBL.”

Ainda no vídeo “Kim Kataguirí manda a real sobre o boicote ao Santander Cultural”, logo após falar sobre a exposição promover a pedofilia, a zoofilia e o vilipêndio à religião para crianças, Kim continua, agora falando sobre boicote e liberdade de expressão:

Agora, o engraçado é que hoje confundem boicote com censura, mas antes essa mesma **esquerda** boicotou a Alesia, aquela empresa de móveis planejados, que fazia propaganda com uma mulher de biquíni, dizia que é um absurdo, que é objetificação da mulher. Bom, direito de vocês boicotarem. Essa mesma esquerda boicotou a Riachuelo, porque no dia dos namorados a Riachuelo só colocou namorados heterossexuais. Direito de vocês boicotarem! Assim como é o nosso direito boicotar o que é absolutamente inadmissível! O Santander voltou atrás porque a exposição é incompatível com os valores dos seus clientes. Não existe maior símbolo, maior sinal, maior demonstração de liberalismo do que isso. É a soberania do cliente. [...] hoje o rei é o cliente, e o cliente foi rei ao boicotar o Santander e demonstrar o seu repúdio ao que foi uma coisa absolutamente abjeta, né, zoofilia e pedofilia não têm nada a ver com tolerância ou igualdade com relação aos LGBT. Nós, Movimento Brasil Livre, defendemos igualdade perante a lei e perante a sociedade também, todos merecem respeito independente da sua orientação sexual, mas isso não significa que podem pegar o nosso dinheiro, dinheiro público, para promover uma exposição com pedofilia, zoofilia e com hóstias escritos (sic) coisas como cu, vulva, logo abaixo de imagem de Jesus Cristo, isso é inadmissível! **O nosso direito de liberdade de expressão está garantido.** O Santander recuou porque quis, porque viu que os seus clientes rejeitaram a sua conduta e vocês também promovem campanhas de boicote. Agora, se vocês são minoria barulhenta que não consegue resultado nenhum, a culpa não é nossa. (grifos meus)

³² MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Diferente do que os esquerdistas querem sugerir, fazer pressão popular e boicote não tem nada a ver com censura. Quem está censurando é o Facebook.** 12 set. 2017. [S.L.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/681996851924461>. Acesso em: 15 ago. 2020.

Ainda, há a seguinte publicação, dirigida a uma postagem no Twitter do apresentador Marcelo Tas:

Tem gente que não sabe a diferença entre CENSURA e BOICOTE. Boicote é quando a sociedade repreende algo, que voluntariamente acaba cedendo, foi o caso do Santander. Ninguém é obrigado a nada. O banco poderia até continuar a exposição horrível lá. CENSURA é quando alguém é obrigado a deixar de publicar ou expor. É o que acontece nas ditaduras de Maduro e Castro. **Censura seria se os milhões de brasileiros indignados com a exposição de pedofilia tivessem de ficar calados com tanto absurdo.**³³ (grifo meu)

O Movimento Brasil Livre constrói, assim, uma narrativa no sentido de que o fechamento da Queermuseu foi uma iniciativa popular e democrática, já que a exposição seria contrária aos valores de grande parte da população, “milhões de brasileiros indignados”. Acusado de censura, o MBL construiu o discurso de que, na verdade, não houve censura, mas o boicote à exposição pelos clientes do banco e pelas pessoas “pagadoras de impostos”, já que a exposição utilizou dinheiro público para acontecer. A “esquerda”, pelo contrário, seria autoritária ao manter a exposição apesar da maioria da população ser contra. Isso se evidencia também na seguinte publicação:

O debate sobre o caso do Santander deixou de ser sobre as “obras” expostas e passou a ser sobre liberdade: a esquerda sempre boicotou empresas e jamais foi incomodada por isso; agora que os não-esquerdistas quiserem boicotar um banco, a imprensa chamou-nos de nazistas. Atacar uma parte da sociedade por questionar o uso de dinheiro público é rebaixá-la a um tipo de “não-cidadão”. Isso não é prática de uma democracia; é prática de ditaduras.³⁴ (grifo meu)

Outro aspecto que me chamou atenção nas manifestações on-line do Movimento Brasil Livre foi a ausência do “outro lado”. Nos vídeos publicados pelo movimento, em duas ocasiões os membros aparecem na presença do Gaudêncio Fidelis, curador da Queermuseu, e daqueles que são favoráveis à exposição. Na primeira delas, Arthur do Val está em uma mesa com Fidelis e outras pessoas. No vídeo publicado pelo MBL, o discurso de Gaudêncio sofre diversos cortes, enquanto o de Val é apresentado de maneira corrente. Quando busquei notícias relacionadas à Queermuseu, encontrei entrevistas que se propunham a escutar tanto o lado favorável à

³³ MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Tem gente que não sabe a diferença entre CENSURA e BOICOTE.** 11 set. 2017. [S.L.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/680601138730699>. Acesso em: 15 ago. 2020.

³⁴ MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **O debate sobre o caso do Santander deixou de ser sobre as ‘obras’ expostas e passou a ser sobre liberdade: a esquerda sempre boicotou empresas e jamais foi incomodada por isso; agora que os não-esquerdistas quiserem boicotar um banco, a imprensa chamou-nos de nazistas [...]** 14 set. 2017. [S.L.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=684172888373524>. Acesso em: 20 ago. 2020.

exposição, quanto o contrário. Em todas elas, Arthur do Val (“Mamãe Falei”) estava presente para falar contra a exposição, enquanto Gaudêncio Fidelis, em geral, falava a favor. No vídeo “Mamãe Falei rebate curador de mostra pornográfica do Santander”³⁵, em certo momento, Arthur define censura e fala sobre ideologia de gênero, sintetizando os argumentos apresentados pelo movimento e por outros grupos de direita analisados até aqui:

Você tacha quem discorda de você de censor e eu me surpreendo, porque uma pessoa que trabalha com arte não saber a diferença entre censura e boicote é uma coisa muito complicada. Porque **censura é o uso da lei para calar a boca de quem discorda de você, inclusive uma coisa que muito pessoal da esquerda faz, inclusive que eu sou vítima disso**, [...] depois ele falou que o conteúdo foi distorcido. Pera aí, existe alguma edição de vídeo que colocou lá um homem estuprando outro, crianças trans, algum conteúdo das obras foi editado? Porque pelo que eu vi só foi mostrado a realidade, ainda que do ponto de vista de uma pessoa que discorda do senhor. Aí é legal também que ele fala aqui, dá uma aula aqui sobre a Lei Rouanet, o que eu discordo totalmente, porque hoje a gente sabe muito bem que a Lei Rouanet é usada para sustentar artista que não consegue se sustentar por conta própria e aí é que a gente chega na grande diferença da censura para o boicote. **Não me venha colocar aqui como um cara reacionário**, que está ofendido porque mexeu com os meus símbolos religiosos, de maneira nenhuma, eu mesmo sou ateu, e não me senti ofendido em nenhum momento porque ofenderam minha religião, mas **eu me senti ofendido sim como um pai de família obrigado a sustentar por meio de impostos uma Lei Rouanet que vai fazer com que seu filho seja obrigado, porque ele é obrigado a ir para a escola, e no objetivo que você colocou no edital é de integrar as escolas etc. se você ler o objetivo lá, claramente é uma implantação de ideologia de gênero**, com palavras técnicas, palavras bonitinhas etc., e aí sim eu me sinto ofendido, vendo que os pagadores de impostos são obrigados a colocar o seus impostos em exposições que infelizmente não se sustentariam sozinhas, tanto é que a gente **chega nesse ponto da diferença entre o boicote e censura que eu até incentivo o senhor a fazer essa exposição, mas faça com o dinheiro do senhor**, ou então fala lá para o Santander: Santander, põe a grana na frente aqui, ó, não faz nada de lei de incentivo fiscal, pega aqui oitocentos paus do Santander, faz uma exposição, cobra ingresso e ainda ganha dinheiro com isso. (grifos meus)

O MBL, ao trazer a questão da liberdade de expressão para o centro dos debates em torno da Queermuseu, buscou dissociar as relações de poder que estabelecia com aqueles que eram favoráveis à exposição, e a resistência que esses grupos direcionavam às ações do movimento (FOUCAULT, 1995). Como veremos mais detidamente no próximo capítulo, os sentidos de “liberdade de expressão”, “censura” e “ataque” estavam no centro dos argumentos apresentados a favor da Queermuseu, inclusive no sentido de que a discussão não se pautava mais na exposição em si, mas em liberdade de expressão e censura, de forma parecida, mas espelhada, da utilizada por Kataguri. O Movimento Brasil Livre, que iniciou uma campanha contra a Queermuseu, produziu sentidos que buscaram inviabilizar aqueles apresentados pelo outro lado

³⁵ MAMÃE Falei rebate curador de mostra pornográfica do Santander. Publicado pelo MBL – Movimento Brasil Livre. Youtube, /S. n./, 2017. 1 vídeo (4:55 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MEg7DDFnhs>. Acesso em: 13 ago. 2021.

(“a esquerda”) ao dizer que eles eram os atacados, eles eram os censurados, eles eram os privados de sua liberdade de expressão, já que estavam apenas promovendo um instrumento liberal e legítimo: o boicote. Ao lutarem contra uma exposição “inadmissível”, o Movimento Brasil Livre, representante do povo brasileiro, foi injustiçado, considerado “inimigo número um” da esquerda, odiado pela imprensa e pelos artistas que queriam promover a pedofilia, a zoofilia e o vilipêndio religioso para crianças. O “Brasil de verdade” e seus valores estavam sob ataque.

2.2 Pela proteção à infância – a mobilização institucional contra a Queermuseu e a CPI dos maus-tratos

Como visto no primeiro capítulo, foram diversas as manifestações por parte das instituições com relação à Queermuseu, resultado (e causa) da grande repercussão do caso. Nesta parte, veremos algumas dessas manifestações, centrando-me aqui em atores que percebo de maior destaque, em especial na atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-tratos, quando esta se voltou para discutir a Queermuseu.

Quando o Santander Cultural decidiu pelo encerramento antecipado da exibição, dada a repercussão negativa nas redes sociais e as acusações de violação ao direito das crianças e dos adolescentes, o Ministério Público instaurou um expediente investigatório para verificar se realmente houve, do ponto de vista jurídico, violação a direito. Ao mesmo tempo, procuradores, desvinculados da comunicação oficial do MP, manifestaram-se sobre o caso e suas falas foram veiculadas na mídia e utilizadas pelo MBL e por agentes políticos como argumento contrário à exposição. Ainda no âmbito político, as Assembleias Legislativas do Rio de Janeiro e de São Paulo se manifestaram contrariamente à Queermuseu, assim como os prefeitos dessas cidades, João Doria e Marcello Crivella. Ademais, a CPI dos Maus-Tratos, presidida por Magno Malta, voltou-se para pautar o caso Queermuseu, ampliando a visibilidade, a espetacularização e o debate acerca da exposição.

O direito é, muitas vezes, evocado como mediador de conflitos, devendo dizer, no caso da liberdade de expressão artística, se uma obra ofende ou não a determinados bens ou direitos a serem tutelados. Há uma disputa, portanto, no campo jurídico, pois é por meio da apropriação desses conceitos formais que também se justifica a abertura ou o fechamento da exposição.

Logo, as instituições e seus representantes, e os sentidos que elas produzem, são utilizados como instrumento em um campo de disputas.

No dia 15 de setembro, o Movimento Brasil Livre compartilhou a postagem de Marcel Van Hattem, deputado federal pelo Partido Novo, em que este afirmava que o Ministério Público teria dito que “EROTIZAÇÃO DE CRIANÇAS ERA OBJETIVO DA MOSTRA”.³⁶ Na verdade, foram os procuradores da Justiça Criminal Alexandre Lipp e Sílvio Munhoz que visitaram a exposição “com o objetivo de tirarem suas próprias conclusões sobre o que foi exibido ao público infanto-juvenil.” e constataram que

a exposição tinha o nítido propósito de erotizar o público alvo (sic) e induzi-lo a tolerar condutas como orgias, zoofilia e vilipêndio a símbolos religiosos (crime definido no art. 208 do Código Penal). “A erotização da criança é um facilitador da pedofilia. Além disso, apresentar ao público escolar condutas como zoofilia em um contexto de respeito à diversidade, comunica a mensagem de que essas condutas devem ser aceitas” afirma Alexandre.

Sílvio chama a atenção para o fato de que **eram as próprias escolas** que definiam a faixa etária dos alunos visitantes, **e que os pais provavelmente não tiveram ciência do conteúdo erótico a que seus filhos foram submetidos:** “Independentemente de ser arte ou não, de gostar ou não, o que não se pode conceber é um conteúdo que serve visivelmente para erotizar crianças e adolescentes, e **que as escolas estejam fazendo isso sem conhecimento e consentimento dos pais**”.

Os organizadores que acompanharam a visita entregaram aos membros do Ministério Público o **material didático distribuído aos professores para uso posterior em sala de aula.** Disso, Alexandre conclui: “Para quem ainda tem dúvida, aqui está a prova de que a ausência de restrição etária não foi um descuido. **O evento tinha como finalidade a doutrinação amorala do público infanto-juvenil,** e os pais que agora tomaram conhecimento disso **podem procurar o Ministério Público para a adoção de providências, sobretudo se descobrirem que os filhos participaram de alguma dinâmica sensorial sugerida no evento, o que pode caracterizar crime contra a dignidade sexual**”. (grifos meus)

Apesar do Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul ter recomendado a imediata reabertura da exposição, no dia 28 de setembro de 2017, a atuação independente dos procuradores, revestidos de autoridade, ainda que não encarregados de averiguar a adequação da mostra, é reprodução e síntese dos argumentos apresentados até aqui, mas agora revestidos de argumentos jurídicos, principalmente na esfera criminal. A existência da exposição não é apenas imoral, mas criminosa. A recomendação do MPF-RS não foi suficiente ou mesmo considerada, sendo necessária uma averiguação particular por parte de indivíduos que “verão

³⁶ MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Atenção: não foi ‘perseguição’ do MBL e dos brasileiros. O Ministério Público reconheceu o óbvio: A “exposição” foi feita com o intuito de influenciar a sexualidade de crianças. Isso não pode ser aceito.** 15 set. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/685384581585688>. Acesso em: 20 ago. 2020.

com seus próprios olhos” se a exposição viola ou não direitos, construindo a verdade que se adequa melhor às suas crenças e objetivos.

A ALERJ, na moção de repúdio do dia 18 de setembro de 2017, assinada por 36 deputados³⁷, apenas uma semana após o cancelamento da Queermuseu, manifestou-se no sentido que a exposição “mostrou de forma robusta” a intenção de

erotizar o público infantil, apresentando a crianças e adolescentes obras, que sem a devida classificação etária expôs imagens de zoofilia, sexo explícito e prostituição infantil, tentando tornar natural através dos quadros a ideia da zoofilia, orgias entre adultos e crianças, vilipêndio a símbolos e objetos religiosos, ofendendo a práticas litúrgicas religiosos, **configurando-se em tese apologia aos crimes previstos no art. 32 da Lei de Crimes Ambientais, art. 241-C do ECA e no art. 208 do CP.** (grifos meus)

Tipificando as condutas que a exposição faria apologia, a nota continua:

Vivemos em um Estado democrático de direito, onde “arte” não pode estar acima da Constituição Federal, nem das leis, não podendo ser veículo de ofensa à terceiros ou até mesmo ser **compreendido como “cheque em branco” para o direito à liberdade de expressão artística**, ou seja, esta liberdade não significa o reconhecimento da liberdade artística como um direito ou uma liberdade ilimitada. (grifos meus)

Aqui, torna-se interessante pensarmos sobre o uso, nas manifestações institucionais (políticas ou mesmo jurídicas), de sentidos normativos para justificar uma determinada posição política. Os termos agora são: “apologia a crimes”, “Estado Democrático de Direito”, “liberdade de expressão artística” e “leis”.

Em São Paulo, ocorreram protestos em frente ao Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), por conta da performance “La Bête”, do artista Wagner Schwartz, que foi acusada de pedofilia após a circulação de um vídeo com uma criança tocando o pé do artista nu na exibição. Em um vídeo publicado nas redes sociais, o prefeito João Doria condenou a performance e a Queermuseu. Da mesma forma, o prefeito do Rio de Janeiro, Marcello Crivella, publicou um vídeo, manifestando-se contra a Queermuseu: “Aqui no Rio a gente não quer essa exposição”, dizendo que ela só iria para a cidade carioca se fosse “no mundo do mar”, fazendo referência ao Museu de Arte do Rio (MAR) que se propôs a receber a mostra. Como a prefeitura faz parte

³⁷ A ALERJ possui o total de 70 deputados. Informação disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/>. Acesso em 12 ago. 2021.

do CONMAR (Conselho Municipal do Museu de Arte do Rio), a Queermuseu não pôde ser recebida pelo museu por veto do prefeito. Foi a segunda tentativa da Queermuseu de voltar a ser exibida, já que o Santander Cultural decidiu pela não reabertura da exposição. Há uma série de condutas³⁸ no sentido de criminalizar a exposição e impedi-la de acontecer. Tal como exposto pelo Movimento Brasil Livre, não se trata mais daquilo que a exposição é, mas aquilo que ela “defende” ou “ataca”, trata-se de liberdade e democracia, valores que se sobrepõem aos sentidos da exposição em si, e que ganham contornos diversos pelos atores envolvidos.

O que justificaria, portanto, o cancelamento da exposição, aquilo que a faria extrapolar a liberdade de expressão artística, seria a violação aos direitos da criança e do adolescente. A infância, objeto de maior proteção a partir da segunda metade do século XX, passa, no Brasil, com o advento da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (Lei 8.069/90) a receber proteção integral e prioritária (LIMA; POLI; SÃO JOSÉ, 2017) por parte da família, da sociedade e do Estado³⁹. Devendo ser considerado o melhor interesse da criança, a sociedade e o Estado, tais como o Judiciário, o Ministério Público etc., além da família, devem fazer valer os seus direitos e garantias fundamentais. Isto se dá pela compreensão de que crianças e adolescentes são indivíduos vulneráveis, sendo a vulnerabilidade uma condição atrelada às pessoas que, por alguma razão, tal qual a idade, encontram especial dificuldade de exercer seus direitos com plenitude, conforme preceituam as Regras de Brasília Sobre Acesso à Justiça das Pessoas em Condição de Vulnerabilidade (2009)⁴⁰. Logo, vulnerável é o sujeito que, por diversas causas, podendo elas serem sociais, culturais ou econômicas, encontra dificuldades de exercer seus direitos de maneira plena perante o ordenamento jurídico, tornando seu acesso à justiça mais difícil. Logo, há a ideia, ainda que bastante moderna, de que as crianças são indivíduos que precisam de proteção e de voz, já que elas não podem exercer seus direitos com plenitude.

³⁸ Aqui utilizo conduta no sentido de “o termo conduta, apesar de equivocado, talvez seja um dos que melhor permite atingir aquilo que há de específico nas relações de poder. A “conduta” é, ao mesmo tempo, um ato de “conduzir” os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em “conduzir condutas” e em ordenar a probabilidade.” (FOUCAULT, 1995)

³⁹ Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

⁴⁰ CONFERÊNCIA JUDICIAL IBERO-AMERICANA. **Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça das Pessoas em condição de Vulnerabilidade**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://forumjustica.vlannetwork.com/wp-content/uploads/2011/10/100-Regras-de-Brasilia-versao-reduzida.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

Em agosto de 2017, foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-Tratos (CPIMT) para investigar “as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos de crianças e adolescentes no país” (BRASIL, 2018, p. 4), tais quais o abuso, a exploração e a violência sexual, os maus-tratos em abrigos, o trabalho infantil, o Bullying e o Cyberbullying, a automutilação e o suicídio. Logo, a Comissão se voltou para uma série de violações relacionadas à infância.

No relatório da Comissão, há, dentre os diversos temas que dizem respeito a violações na infância, o tema da pedofilia, em que se replicou o relatório elaborado pela CPI da Pedofilia, de 2008. Dentre as diversas conclusões da CPIMT, uma delas foi a necessidade do recrudescimento das penas dos crimes de estupro de vulnerável e do enfrentamento da pedofilia, presente em todos os âmbitos, como a casa, a internet e a escola, já que “o indivíduo que mata uma criança ou um adolescente é desprovido de qualquer compaixão, é um covarde que se vale da fragilidade e maior vulnerabilidade da vítima” (BRASIL, 2018, p. 65). A Comissão trouxe vítimas e agressores, com imagens e relatos; ouviu pais de vítimas, expondo suas histórias, e colocou, inclusive, uma mãe “cara a cara” com o estuprador e assassino de sua filha. No âmbito da CPI e suas audiências públicas, conforme expõe Laura Lowenkron (2012, p. 95), exhibe-se o Estado-espetáculo, no qual “os jogos de reputação e a sensibilização dos espectadores (tanto os mais imediatos, como outros parlamentares e jornalistas, quanto os mais distantes, como o possível eleitor ou a ‘opinião pública’) orientam as performances dos atores políticos em cena”.

Presidida pelo senador Magno Malta, a Comissão Parlamentar de Inquérito se voltou para tratar o caso de exposições canceladas, dentro do tema da pedofilia, e convocou, em novembro de 2017, o presidente Marcos Madureira e o ex-presidente Sérgio Rial, ambos do Santander Cultural, assim como Gaudêncio Fidelis, curador da Queermuseu, e Luiz Camilo Osório, curador da exposição “35º Panorama da Arte Brasileira – Brasil por Multiplicação”, que incluía a performance “La Bête”. Talvez um dos espaços de maior destaque ao caso da Queermuseu tenha sido a atuação da CPI dos Maus Tratos, dada sua grande repercussão, os jogos de disputa travados entre os sujeitos políticos, e a ameaça de maior coerção a artistas, curadores e outros indivíduos relacionados à exposição e que foram convocados a comparecer à audiência. Noticiado pelo menos quatro vezes pela Folha de S. Paulo nos meses de outubro e novembro de 2017, o jornal relatou o ambiente de embate por parte dos deputados, com acusações, ameaças de vias de fato e manifestações acaloradas de defesa a “crianças inocentes”, assim como, por outro lado, ao “absurdo” de levar artistas e curadores para a CPI.

As audiências da Comissão são filmadas e disponibilizadas pela TV Senado. Foi por meio dessas transmissões que tive acesso à sessão em que Gaudêncio Fidelis, curador da Queermuseu, foi ouvido, no dia 23 de novembro de 2017. Magno Malta, presidente da CPIMT, iniciou a audiência dizendo que se tratava de uma comissão investigativa e não uma audiência pública, motivo pelo qual não aceitaria qualquer manifestação, senão evacuaria a sala. Ele diz: “Uma CPI investiga as denúncias que lhe são chegadas. É preciso desmistificar, porque onde há uma denúncia, não há gente especial, há uma investigação no entorno, todos que estão no entorno precisam ser ouvidos”. Afirma que não existe alguém ser chamado “que não tenha a ver”, pois todos aqueles estão na denúncia

que rodou o Brasil, que tomou o Brasil e que chegou nessa CPI, que tem poder de polícia, poder de justiça [...] não há violação do direito de ninguém aqui. As pessoas que foram convocadas, como diz os regimentos das CPIs. Em não atendendo a convocação, que é judicial, faz-se a convocação coercitiva. (grifo meu)

Ainda, comenta que ouviu duas histórias diferentes sobre a ausência de Gaudêncio Fidelis, que teria apenas ganhado tempo para “entrar no Supremo”. Malta refere-se ao declínio inicial do curador em comparecer à Comissão. Com receio de ser associado publicamente à prática de pedofilia e sob a aprovação da condução coercitiva pela Comissão, Fidelis impetrou um Habeas Corpus, negado pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes. No fim, a condução coercitiva não se realizou, sendo os depoimentos feitos por convocação com participação obrigatória. O caráter da presença dos curadores é motivo de discussão ao longo audiência, principalmente entre o presidente Magno Malta e a senadora Marta Suplicy. Estão presentes, além deles, o senador Humberto Costa e o relator José Medeiros. Na sala, também há deputados e outras pessoas. Por fim, Malta enfatiza que o foco dele são as crianças e que ali não se está falando de arte, mas “de criança”.

Em um primeiro momento, ouve-se o procurador Fernando Almeida Martins sobre a questão da classificação indicativa em museus. O procurador fala sobre a ilegalidade da regulamentação infralegal, que retira a obrigatoriedade de classificação indicativa quando se trata de exposições artísticas, quando esta exceção seria incoerente com a Constituição da República de 1988 e com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Explica que classificação não é censura, pois se trata de uma recomendação para os pais, sendo esta informativa e não proibitiva.

Em determinado momento, Marta Suplicy pergunta a Magno Malta se, já que ele havia afirmado que recebeu muitas denúncias, o presidente da CPI é obrigado a receber todo tipo de denúncia que lhe chega, gerando, segundo ela, uma situação de constrangimento e polarização que parece negativa à sociedade. Na sessão, há uma postura de visível embate entre Malta e Suplicy, com provocações em palavras e gestos, expressões de desgosto e enfado, braços cruzados e movimentos bruscos com o microfone. Malta repete algumas vezes que se Suplicy frequentasse a CPI, saberia o que estava acontecendo, e que, como não frequentava, ela não sabia dos trabalhos que eles vinham desenvolvendo. Marta Suplicy, assim como Humberto Costa, são críticos ao rumo que a CPI tomou ao se voltar para a discussão das exposições canceladas.

Em seguida, o senador Humberto Costa diz que se não há necessidade de classificação indicativa e os curadores em nada descumpriram a lei, então não haveria ali criminosos, sendo essa uma comissão investigativa. Magno Malta interrompe, dizendo que se houver qualquer manifestação, ele vai mandar evacuar a sala. Costa continua, dizendo que havia placas indicativas na exposição de São Paulo e que pedófilos não estão pelados em museus, mas com togas, batinas de padre, ternos e vivem no submundo.

Estou falando isso porque estou preocupado, porque são pessoas que têm reputação. Vossa Excelência sabe, como outros sabem, o que é ir para uma CPI. O que isso representa em termos de reputação de uma empresa, de reputação de uma pessoa, de um cidadão e de uma cidadã.

Costa diz que a classificação indicativa não é censura, mas que quebrar um centro cultural porque ali está acontecendo um espetáculo é “obscurantismo”, “censura” e acrescenta: “o problema é que o Brasil tá cheio de reacionário sem causa.” Afirma que são esses que se calam diante da corrupção, que batem panela e não fazem nada diante do desmonte feito no país. Ele se manifesta voltado para o fundo da sala, onde pessoas acompanham a audiência. Elas riem, fazem gestos de palmas e concordância.

Eles que são imorais! [...] quer coisa mais imoral do que um presidente que manda buscar uma mala de dinheiro? [referência ao presidente Temer] nós aqui não podemos ceder a esse desejo de censurar [...] se a gente for ceder a esses reacionários sem causa, eles não podem mais falar de corrupção, porque estão metidos com os maiores corruptos do Brasil, e não podem falar nada de política e agora se viraram para virar os maiores moralistas do Brasil. Dá até pena! [...] são uns bobalhões e agora querem definir no Brasil o que é arte e o que não é.

Tanto o senador Humberto quanto a senadora Marta falam sobre o desvio que a CPI tomou, tendo tratado, no início, sobre o caso da Baleia Azul⁴¹. Novamente com a fala, Magno Malta diz que aquela não é a CPI da pedofilia, presidida por ele anteriormente. “Essa é uma CPI de maus-tratos, não vamos confundir as coisas, os maus-tratos vão desde maus-tratos psicológicos [...] o que nós estamos falando aqui é de classificação e censura. Não estamos falando de censurar a arte.” Em seguida, começa a falar de abuso na infância e do seu papel em melhorar a legislação sobre o assunto.

Por que não vamos tratar disso? Porque é uma questão ampla [...] ninguém está sendo convocado aqui porque é bandido ou porque é pedófilo. Isso é uma falácia que criaram. As pessoas estão vindo aqui porque houve denúncias, e são muitas, algumas escabrosas, eu poderia falar, mas não vou, porque tem que investigar em segredo, coisas muito grandes.

E a seguir: “esse não é o foco. Eu comande a CPI da pedofilia, eu tive o prazer de assinar parte significativa dessa legislação”. Diz que seu foco é saber sobre classificação e censura e se o ECA foi violado ou não. Marta insiste que o enfoque da CPI era outro, sobre a Baleia Azul. Magno Malta a interrompe dizendo que ela saberia se viesse às audiências. Eles começam a falar ao mesmo tempo, discutindo. Marta toma a palavra e diz que não concorda com a condução da Comissão, que vem sendo feita de forma autoritária e desrespeitosa, afirmando que a questão das exposições foi um choque para a população que tem apreço e respeito à arte. Questiona a necessidade de chamar “essas pessoas que são respeitadas, que têm reputação” e fala sobre a repercussão na mídia.

A discussão se centra, assim, na vinda de Gaudêncio Fidelis à Comissão e sobre o rumo que a CPI tomou ao tratar da questão da Queermuseu. Magno Malta busca frisar que a Comissão não discute especificamente a pedofilia, questão que ele tratou na outra CPI que presidiu. Com os questionamentos feitos pelos dois senadores, Malta exalta a importância do seu trabalho na proteção à infância e diz que o seu interesse são as crianças, e não as que, comenta em certo momento, já “bebem”, mas as de pouca idade, ainda na primeira infância. Não responde ao questionamento feito pela senadora Marta Suplicy sobre sua responsabilidade em trazer a Queermuseu ao debate, dizendo apenas que as denúncias são trazidas e que não há acusação de pedofilia, mas sim a discussão entre classificação indicativa e censura.

⁴¹ Trata-se de uma série de casos de um “jogo” que levou jovens e adolescentes a praticarem automutilação e suicídio.

A sessão é reiniciada no mesmo dia, com a oitiva de Fidelis. A comissão segue na mesma posição de discordância, tendo, de um lado, Magno Malta e José Medeiros; e de outro, Marta Suplicy e Humberto Costa. A participação de Gaudêncio dura cerca de 2h30min, em que este expõe e explica seu ponto de vista sobre o ocorrido. José Medeiros dirige perguntas a Fidelis acerca do conteúdo da exposição, dizendo que a Comissão recebeu um vasto material de denúncia, querendo mostrar algumas imagens que teriam “circulado”. Ele segura um papel e mostra para Gaudêncio, afirmando que ela não poderia ser exibida na televisão. Gaudêncio observa a imagem e diz que a obra mostrada a ele não faz parte da exposição, informando que houve um fenômeno muito grande de obras que não pertenciam à exposição circulando como se pertencessem, sendo esse, segundo ele, um problema insolúvel, já que, quando algo circula nas redes, toma uma proporção muito grande.

Na condução da CPI, falava-se muito na mídia e na Internet, e naquilo que havia sido dito on-line sobre a exposição. Acerca da Queermuseu ser supostamente voltada para crianças, Medeiros pergunta se cartilhas foram enviadas para as escolas. Gaudêncio responde que o Santander possui um projeto educativo que inclui a formação de professores, destinado a escolas, havendo um processo de formação contínuo para cada uma das exposições, com o que se produz a cartilha, um pequeno caderno destinado a professores e que serve como instrumento para que estes compreendam melhor e se familiarizem com a exposição. Há um convite para professores da rede pública e privada que desejem participar desse projeto educativo e o professor recebe esse material. O relator pergunta, então, se Fidelis teria uma estimativa de quantas crianças e adolescentes teriam tido acesso à exposição. Malta, no centro da mesa, entre José Medeiros e Gaudêncio Fidelis, tem uma expressão de enfado, mexendo-se na cadeira e cruzando os braços. Gaudêncio responde que não tem dados, porque o Santander fechou a exposição de forma unilateral, cortando o contato com a curadoria.

No que diz respeito às obras supostamente violadoras de direitos, as imagens são citadas e uma delas, de Lygia Clark, é entregue pelo relator a Gaudêncio, que mostra a imagem para a câmera e explica que apenas cinco das 263 obras haviam estado no foco da polêmica, sendo consideradas como o todo da exposição, descontextualizadas “da sua verdade”. O papel da mídia também ganhou importância tanto naquilo que dizia respeito à participação de Gaudêncio, quanto à atuação da CPI em si. As imagens que circulavam na internet, os comentários sobre a Comissão, tudo confluía para o que se discutia na sessão.

Mais uma vez, Magno Malta diz:

A nossa CPI não é de pedofilia, o senhor não foi aqui trazido como pedófilo, nossa CPI é de maus-tratos infantis, e o meu foco é maus-tratos infantis da primeira infância, do que ela vê. Cada um entende a arte como quiser [...] quem tem posição tem que ser respeitada, minha posição é divergente do senador Humberto, da senadora Marta, dos deputados aqui, mas a regra da convivência é o respeito, e eu quero que respeitem as minhas posições, aquilo que eu acredito.

Enquanto fala, Gaudêncio mexe em papéis à sua frente e nesse momento Malta sinaliza para que ele preste atenção. Gaudêncio pede desculpas e passa a olhar para Malta, com os braços cruzados.

A gente tá falando de criança, do avanço de uma legislação, o senador Humberto acaba de falar aí como que a gente vai melhorar aí essa terra sem lei, que continua sem lei [...] eu gostaria de ter aqui que o senhor nos mandasse a fotografia das quatro ou cinco [obras] que realmente estavam. Quando o senador Medeiros perguntou quando o senhor vai fazer a exposição e vai aos diretores do Santander Cultural, eu li a sua proposta, o senhor não esconde nada, tá tudo ali, quando o senhor se reúne com eles, o senhor mostra realmente o que vai acontecer? Isso ocorre? [Gaudêncio diz que sim]. A minha pergunta, e eu posso perguntar e fazer uma afirmação, a dra. Marta disse que ficou chateada porque o Santander recuou, recuou e ontem eu tratei desse recuo. Eu perguntei por que recuou. E ele falou ‘não, é porque ‘pixou’ agência, agrediu agência’. **Eu tô falando de criança, você tá falando de patrimônio, não é o meu, eu tô falando de criança. Eu tô falando de criança**, uma três vezes, então, vocês não recuaram por que fizeram mea culpa? E o senhor Madureira: ‘o responsável não sou eu, o responsável é o curador’ [...] como? O sr. Gaudêncio mostrou uma mercadoria, chegou com uma mercadoria, e vocês compraram. Vocês botaram 800 mil reais e agora vocês estão dizendo que a culpa é dele? Tá escrito aqui, não escondeu nada, tá com todas as letras aqui, e o senhor está dizendo que a culpa dele. O senhor disse que viu um vídeo. Ele estava fazendo uma conversa de beco com delegado comigo, tentando sair da sua culpa. **E minha decepção é que ele só falava em patrimônio, em patrimônio, e nosso foco é outro aqui**. Então, quando eles vieram para ser ouvidos, eu queria perguntar se eles sabiam. **E o meu foco é o Estatuto da Criança e do Adolescente e essa sinalização** [...] porque a nossa dificuldade é que a criança tem a formação na primeira infância até a puberdade dela naquilo que ela vê. Se tem cinco obras que chocou as pessoas, será que essas pessoas que se chocam com isso não têm de ser respeitadas, assim como aquelas que acham que nada tem a ver precisam ser respeitados? E quem sabe essa coisa cresceu porque essas pessoas foram para as redes sociais porque essas cinco obras chocaram essas pessoas, então a minha pergunta e a minha colocação é nesse sentido. Eu confesso, qual o sentido daquela exposição? São cinco daquelas obras que chocou e causou toda essa celeuma e publicaram fora do contexto. O senhor disse, realmente não tinha essa classificação lá, e a segunda é, qual que era o contexto dessas cinco obras e o que o senhor do recuo do Santander e da fala do Madureira? (sic) (grifos meus)

Gaudêncio, então, passa a discorrer sobre algumas das obras que estiveram em destaque, explicando cada uma delas, em uma posição declarada de defesa das obras e dos artistas. Ao final, Magno Malta diz:

Nós respeitamos a arte, mas nós precisamos discutir aqui. **Nossa questão não é arte, mas nossa questão é a criança.** [...] **Gostando ou não, existe a legislação.** E nossa questão aqui é a primeira infância. A criança não é formada por aquilo que falam para ela, mas pelo que ela vê. As imagens ficam. E essa é a nossa intenção. **Então o senhor, em um determinado momento, deve ter tido muitas informações erradas sobre essa CPI. Quem sabe sobre a minha própria pessoa, a pessoa do relator.** Eu encerro dizendo que lamento uma frase que foi colocada pelo senhor, **atribuída ao senhor, que estava nas redes sociais, nos jornais, no Estadão,** que essa CPI é um circo. Nós não somos um circo, **nosso interesse é a criança do Brasil** e nós estamos respeitando arte. (grifos meus)

Magno Malta diz que o interesse da Comissão não é a arte ou o patrimônio, mas uma questão mais importante: a criança. Malta fala sobre o seu trabalho realizado na CPI e as denúncias “escabrosas” que vinha recebendo, citando casos concretos de abuso infantil, e sobre o seu papel em proteger as crianças, melhorando a legislação. A questão, diz, é se as crianças não poderiam ser afetadas pelas imagens “chocantes” da exposição. O uso de imagens e a noção delas como arte entra em disputa, apesar das afirmações de Malta de que não seria esse o objeto da discussão. Magno Malta quer avaliar se as obras que circulavam nas redes sociais, pertencentes à exposição, podiam ser “chocantes” e prejudiciais para as crianças, cuja proteção ele quer garantir. A forma como ele vinha conduzindo a CPI era justificada por essa causa de grande valor, enquanto buscava combater os argumentos de Marta Suplicy, que não havia participado até então de nenhuma sessão daquela Comissão e que não havia, como ele, lutado para melhorar a legislação contra “pedófilos” desde a CPI da Pedofilia. Conforme analisa Lowenkron (2012, p. 99), o combate à pedofilia é articulado por grupos políticos como uma “causa” de “alto valor moral”, acima de interesses eminentemente partidários ou políticos. Em um processo parecido com o ocorrido em 2008, a CPIMT levou casos “emblemáticos”, de grande repercussão, para o centro do debate, como foi o caso da Queermuseu.

A CPI da Pedofilia era apresentada pelos senadores como uma “cruzada” em nome da proteção da “criança”, da “família” e da “sociedade”. Ao promovê-la, eles convocavam a união de todos os “cidadãos de bem” contra um “inimigo” ou “monstro” que, ao “corromper a criança”, ameaça a sociedade como um todo e os valores da “família”, em particular. (LOWENKRON, 2012, p. 99)

As perguntas dirigidas ao curador seguem o conteúdo daquilo que foi dito e repercutido on-line, inclusive relacionando uma obra do museu com um suposto caso de performance “queer”, ocorrida anos antes, envolvendo pessoas nuas. José Medeiros diz:

Fomos informados de que havia na exposição do Santander um espaço para que as pessoas transitassem entre os gêneros e que para viver uma experiência em outra

identidade, em outro gênero, a exemplo dessa foto. [mostra a foto]. E aí eu queria que o senhor me falasse se existia essa experiência lá e se crianças participavam dela.

Gaudêncio mostra a imagem para a câmera e diz que se trata da obra “O eu e o tu”, da artista Lygia Clark. No processo de revelar “a verdade” das obras, Fidelis fala sobre a importância delas para a história de arte mundial, explicando que não faz afirmações “bombásticas nem imprecisas” e que a obra era apenas um manequim, feito para ser visto, sem a possibilidade de ser tocado ou utilizado por ninguém, além de não se tratar de uma obra voltada para crianças. Com pequenos sorrisos, ele diz que pode explicar de onde surgiu essa polêmica. Afirma que estava em uma entrevista, em Porto Alegre, quando um membro do MBL alegou, em um programa de “audiência extraordinária”, que havia nessa exposição obras para crianças vestirem e se tocarem sexualmente. “Isso deu um choque tão grande na gente. Primeiro que a gente estava na frente do filho da artista, que tem aí os seus sessenta anos, uma obra das mais importantes da história da arte brasileira, que é mundialmente conhecida”. Após a explicação, José Medeiros fica satisfeito e diz que Gaudêncio tirou “uma laje” da sua cabeça ao dizer que “não tinha criança lá se tocando sexualmente”.

Quando se trata de violação à infância e, especialmente, da proteção à violência sexual, na qual se utiliza o termo guarda-chuva de “pedofilia”, que abrange um conjunto de crimes sexuais, essa proteção tem sido, historicamente, utilizada como modo de regular comportamentos sexuais (JENKINS, 1998 apud LOWENKRON, 2012). Ao discutir o fechamento da exposição Queermuseu, Landini (2018) buscou compreender os processos e figurações que permitiram que acusações à exposição de apologia à pedofilia tenham gerado “pânico moral”, que seria, resumidamente, a reação exagerada a algum evento, conceito que busca revisar de Cohen (2011 apud LANDINI, 2018). Utilizando-se disto, a autora teve como objetivo discutir a reação social à pedofilia e à violência sexual contra crianças e adolescentes, indo, na esteira de Beck (2015), no sentido de que reações exageradas a essas formas de violência podem mascarar um conservadorismo em relação à gênero e sexualidade. Em outras palavras, o discurso de proteção à infância é apropriado por setores conservadores, que se utilizam dessa “camuflagem” para promover a censura a grupos considerados desviantes. A proporção das reações à Queermuseu leva a denúncias à CPI, que de certa forma interrompe o trabalho investigativo que vinha fazendo até então para se voltar a discuti-la.

Na CPI, Gaudêncio Fidelis afirmou que “o que passou a ser fundamental neste debate não é mais o mérito da exposição, mas a censura”, questão que veremos com maior detalhamento a seguir.

CAPÍTULO 3

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E CENSURA: “QUEM QUER QUEER?”

Neste capítulo, analisarei a narrativa e os sentidos produzidos pelos defensores da exibição da “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, em especial Gaudêncio Fidelis, curador da Queermuseu, que se destacou na denúncia ao fechamento antecipado da exposição e na campanha pela sua reabertura. Em seguida, falarei sobre a mobilização das instituições de maneira favorável à exposição, em contraposição às manifestações contrárias, que vimos no capítulo anterior, e os conflitos finais pela reabertura da mostra no Rio de Janeiro.

3.1 “Um basta à censura!” – Gaudêncio Fidelis e a campanha pela reabertura da Queermuseu

Diferente da atuação daqueles que se posicionaram contra a Queermuseu, a campanha a favor da exposição não se concentrou em uma rede social ou em grupos específicos, mas utilizou diversos canais, inclusive os tradicionais de comunicação, sendo marcada por maior diversidade de argumentos e forma mais dispersa comparada à unidade argumentativa daqueles contrários à exposição, que faziam alegações mais uniformes⁴² e de maior repercussão on-line⁴³. Para Fidelis, a imprensa empenhou um importante papel em relatar os acontecimentos que permearam a Queermuseu. Segundo o curador, ele teria dado mais de cento e quarenta entrevistas em um período de quarenta e cinco dias sobre o cancelamento da Queermuseu. Para seguir uma certa coerência dentro das diversas possibilidades que o mundo on-line oferece, escolhi me ater nas entrevistas e manifestações públicas de Gaudêncio Fidelis no período de 2017 a 2018, dando especial atenção aos meios audiovisuais, o que me permitiu entrever gestos, expressões e ambientes, ainda que parciais e permeados pela noção do saber-se filmado.

⁴² FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (Brasil). **Pesquisa da FGV DAPP identifica uso de robôs em 13% do debate nas redes por boicote à exposição Queermuseu**. São Paulo: FGV DAPP, 2017. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/pesquisa-da-fgv-dapp-identifica-uso-de-robos-em-13-debate-nas-redes-por-boicote-exposicao-queermuseu/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

⁴³ O alcance (aqui, no sentido de visualizações online) de grupos favoráveis à Queermuseu era consideravelmente menor do que nos vídeos e manifestações por parte do MBL e pessoas ligadas ao movimento contrário à exposição. Enquanto um vídeo do “Mamãe Falei” sobre a Queermuseu tinha cerca de 437 mil visualizações, um vídeo do movimento “342 artes” tinha 2,3 mil visualizações.

No dia 12 de setembro de 2017, dois dias após o fechamento da exposição e a realização de um protesto em Porto Alegre, a Folha de S. Paulo publicou duas notícias sobre o caso⁴⁴. A primeira dizia que Gaudêncio Fidelis havia demonstrado “decepção com a posição do Santander Cultural, que neste domingo (10) validou protestos contra o que considerou serem ‘obras de teor sexual’ e cancelou mostra em sede de Porto Alegre” seguida de uma fala de Gaudêncio: “O Santander infringiu as regras mais básicas de direito, de respeito e de consideração aos artistas presentes, sem inclusive consultar a curadoria e sem considerar que estávamos realizando um trabalho de construção de conhecimento”. Em outra reportagem, no mesmo dia, o jornal relata que Fidelis afirmou que a exposição procurava uma cidade mais receptiva para se instalar. O protesto reuniu cerca de trezentas pessoas, que gritavam “fascistas, golpistas, não passarão” e “eu beijo homem, eu beijo mulher, tenho o direito de beijar quem eu quiser”. As manifestações denunciavam a censura em curso e se voltavam para reafirmar os direitos das pessoas LGBT. Apesar do Movimento Brasil Livre se manifestar no sentido de que não teria nada contra o direito “dos homossexuais”, aqueles favoráveis à Queermuseu buscavam deixar claro que carregar o nome “Queer” havia contribuído para o fechamento da mostra, que se propunha a discutir questões de gênero, diferença e sexualidade.

No dia seguinte ao cancelamento da exposição, Gaudêncio Fidelis deu uma entrevista ao Jornal do Comércio. O jornalista pergunta o quanto há de preconceito e de censura na interrupção da exposição e na atitude do Santander. Gaudêncio diz que não há precedente para o que

a gente está vivenciando com o cancelamento dessa exposição. Não existe na história da arte brasileira e da trajetória das artes visuais das exposições no Brasil uma situação similar, **mesmo na época da Ditadura**, em que nós tivemos momentos terríveis de perseguição e censura de obras, queima de livros, mas **não há um caso na história brasileira de uma exposição dessa magnitude que tenha sido fechada**. E o que eu acho importante a gente ter em mente é que esse processo, **essa atitude é autoritária, não tem como dizer que não, e não tem como negar que é uma atitude de censura na medida em que ela não permite que as pessoas, nesse processo de discussão que se instaurou nessa investida agressiva da extrema-direita e do MBL contra a exposição, que as pessoas possam discutir** e essa oportunidade foi fechada. Isso tem um efeito prático e ao mesmo tempo simbólico porque esse fechamento, ou seja, **a decisão do Santander de fechar a exposição** e não permitir que as pessoas vejam a exposição [...] tem um significado que é o seguinte: bom, **então quem decide agora o que nós vamos ver é o MBL, é a extrema-direita do país? As correntes mais reacionárias?** Qual o precedente que isso nos cria daqui para frente? Eu acho que essa é a gravidade. (grifos meus)

⁴⁴ CANOFRE, Fernanda; FIORATTI, Gustavo; MENON, Isabeça. Curador de mostra cancelada diz que Santander infringiu regras básicas. **Folha de São Paulo**. São Paulo e Porto Alegre, 12 set. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/09/1917600-curador-de-mostra-cancelada-diz-que-banco-infringiu-regras-basicas.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

A postura do Santander foi reiteradamente criticada por Gaudêncio, já que o banco não apenas fechou a exposição, tendo cedido à pressão de grupos contrários a ela, como não a reabriu mesmo após a recomendação nesse sentido pelo Ministério Público. O curador relatou que nunca foi chamado para discutir a questão e sequer foi informado acerca do fechamento, o que descobriu pela imprensa. Ao cancelar a exposição e depois se recusar a reabri-la, o Santander apoiou e concordou com a censura, nas palavras de Fidelis:

O que é importante ter em mente, assim, que é bastante grave e triste até, é pensar que o Santander, **depois dessa investida conservadora da exposição com um foco moralista** [...] o Santander responde a isso dizendo que ele **concorda que algumas obras devam ser censuradas**, basicamente é isso, né, que eles dizem no texto, que eles concordam com a posição... (grifos meus)

O jornalista comenta que é como se eles não tivessem visto as obras antes e Gaudêncio concorda, dizendo que a exposição foi feita com o completo aval do Santander, em todas as etapas, e que a instituição não poderia ser a que dá visibilidade à exposição e que, ao mesmo tempo, “em questão de horas”, decide fechá-la, “sem nenhum precedente anterior, sem nenhum sinal de que vai acontecer”. Se, para aqueles contrários à mostra, o Santander apoiava a pedofilia, a zoofilia e o vilipêndio religioso, para aqueles favoráveis à exposição, o Santander apoiou a censura.

Na CPI dos Maus-Tratos, acerca da fala do presidente do Santander na Comissão, Fidelis diz:

Eu assisti o vídeo e confesso que fiquei profundamente chocado com a atitude do senhor Marcos Madureira, e não porque ele tenha atribuído a mim uma parte considerável da responsabilidade, mas porque ele foge da responsabilidade como representante da instituição da maneira mais rasteira e covarde possível, porque é público, [...] sabe que nada, nem um alfinete passa pelo Santander se não for aprovada por todas as instâncias [...] inclusive na figura do senhor Marcos Madureira que é quem aprova os projetos [...] o Santander analisa todos os detalhes com todas as imagens in loco, participa de todas as etapas [...] o Santander aprova essa exposição a partir de uma atitude quase celebratória, que tinha uma política de inclusão [...] eles estavam muito felizes com essa exposição. O senhor Marcos Madureira dizer que a responsabilidade é do curador é não só irresponsável, como absolutamente ridícula porque é público como o Santander funciona administrativamente.

O curador acrescenta que assumia a responsabilidade pela exposição e que tinha convicção nela, artisticamente. Para Gaudêncio, a polêmica sobre a Queermuseu se deu pela descontextualização de algumas obras: “isso feito a partir de uma narrativa completamente falsa

que foi criada em torno da exposição, em que se edita imagens, em que se cria uma narrativa oral completamente deturpada da exposição que não corresponde em nada da realidade”. Isto é, a campanha contra a Queermuseu foi uma campanha difamatória, em que as obras de arte ali presentes foram deturpadas, havendo, segundo Fidelis, em um universo de 263 obras, apenas quatro ou cinco mais polêmicas, o que não justificaria o seu fechamento. A difamação tinha como objetivo criminalizar a produção artística e os artistas, o que não parte da falta de entendimento das obras, mas de algo provocado com objetivos “muito evidentes, eleitoreiros e muito obscuros e conservadores”. Além disso, as questões de gênero e de interesse da comunidade LGBT teriam sido utilizadas em benefício de grupos dessa campanha difamatória em torno da arte. Segundo o curador, “quando você atinge a produção artística, em um universo simbólico, você tem uma ramificação enorme dentro da sociedade”. Ainda, diz que essa campanha, iniciada pelo MBL, tinha objetivos muito obscuros e que “nós temos que pensar rápido e reagir, porque eu acho que é um momento muito difícil para a democracia brasileira e para todas as liberdades que dizem respeito à liberdade democrática”.

Assim, a campanha pela Queermuseu rapidamente tornou-se, junto de outras mostras e manifestações artísticas impedidas de acontecerem, uma campanha pela liberdade de expressão artística e contra a censura. Em outras palavras, a campanha pela reabertura da Queermuseu tornou-se metonímia da luta da arte contra a censura (ANDRADE, 2019). Artistas de grande destaque na televisão e na cultura, como o cantor Caetano Veloso, tomaram a frente em uma campanha a favor da Queermuseu e de outras exposições canceladas. Como bem aponta Andrade (2019, p. 59):

Liberdade artística, liberdade de expressão, censura, direita, arte, conservador/conservadorismo, fundamentalismo/fundamentalista: eis as palavras que participaram, não só da construção argumentativa dos defensores da mostra, como também construíram a partir de seu ponto de vista, a visão daqueles que a ela se opunham. Assim como o grupo que argumentou contra a mostra, seus defensores elegeram valores – como a liberdade artística e de expressão – e apontaram no grupo contrário elementos que os diferenciava – fundamentalistas, de direita, conservadores.

No que eu acrescentaria os termos: democracia, moralismo, extrema-direita, fascismo e criminalização da arte.

Nesse contexto, 342 Artes foi uma campanha promovida por artistas brasileiros contra a censura às manifestações artísticas por grupos conservadores. Apesar de não haver um site oficial que explique a atuação do grupo, a biografia no Twitter informa: “Contra a censura e a

difamação”. Em seu canal do Youtube, encontrei vídeos contra o então presidente Michel Temer. 342 refere-se ao número de votos necessários para julgá-lo. “Precisamos de 342 votos na Câmara dos Deputados para investigar Michel Temer e afastá-lo da presidência” diz os diversos vídeos da campanha. Em outubro de 2017, surgiu a campanha “342 Artes – Contra a Censura e a Difamação”, articulada pela produtora Paula Lavigne, que reuniu cerca de 100 artistas em sua casa. O primeiro vídeo da campanha, com cerca de 30 segundos, tem a presença de Gaudêncio Fidelis, que diz:

É muito fácil a gente dizer que o Crivella mentiu, isso é constatável, ou que a CPI do Malta é para criar um circo midiático em favor dele, com funções eleitoreiras et cetera e tal, porque isso é a parte simples do negócio. Eu acho que por trás disso é uma agenda muito mais complexa.

Essa postura de luta e resistência contra o ataque que a arte vinha sofrendo se intensifica com o impedimento da exposição de acontecer no Museu de Arte do Rio, por veto do Prefeito Marcelo Crivella, uma administração que, para o curador da Queermuseu, seria um caso exemplar do fundamentalismo em curso.

No dia 9 de outubro, a 342 Artes publica um vídeo no Facebook e no Youtube com o texto:

O Brasil quer se ver livre da Intolerância. As vozes que se levantam contra a censura e a difamação, são as que acreditam no respeito, na diversidade e no amor. **Não aceitaremos que um falso moralismo, oportunista e eleitoreiro, contamine a sociedade para fortalecer os interesses políticos dos fundamentalistas.** A defesa da arte é a defesa de uma sociedade consciente e que luta por justiça. Não nos intimidaremos com os ataques orquestrados dos extremistas e dos robôs de internet. Somos muitos e juntos somos mais fortes. Está no ar o novo vídeo da campanha #342Artes, compartilhe e fortaleça essa mensagem. **#CensuraNuncaMais #FundamentalismoNão.**⁴⁵ (grifos meus)

O vídeo traz artistas sobre um fundo preto e expressões sérias, em que cada um vai se alternando nas falas. Assim começa:

Você tem visto os ataques e as difamações que a as expressões artísticas têm sofrido nos últimos dias? Por que eles querem a gente sem arte? Qual é a razão disso? O presidente [Temer] vem sendo denunciado uma vez atrás da outra. Quando isso aconteceu na história do Brasil? E aí a gente vai discutir o quê? A quem interessa esse horror, essa mentira e esse ódio todo?

⁴⁵ 342 ARTES: Intolerância e censura é coisa do passado. Publicado pelo Canal 342 Artes, Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (3:43 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LUX3BON1wVM>. Acesso em 13 ago. 2021.

Artistas cobrem o rosto com as mãos.

A indignação das pessoas não tem sido com a mostra que elas não visitaram, nem com a performance que elas não viram. **A política brasileira está imunda e está querendo usar a cultura como cortina de fumaça para distrair a sua atenção.** A atual polêmica da arte é produto de moralismo estratégico, oportunista e eleitoreiro. Um país sem arte é um país sem voz. Não vamos nos deixar enganar. Não vamos nos intimidar com ódio. Não vamos mais tolerar os intolerantes. Esse discurso da pedofilia é mentiroso. Porque é muito claro que nessas expressões artísticas não há pedofilia. Você sabia que o Crivella mentiu para você? (grifo meu)

Com uma música de fundo, artistas aparecem sérios, em silêncio. A seguir:

Recentemente o prefeito do Rio condenou e suspendeu a vinda da mostra Queermuseu para o MAR. Ninguém é obrigado a ir ao museu, mas nós não devemos proibir que eles existam. Eu quero o Queermuseu no Rio. Não querem deixar a gente falar. Não querem deixar você pensar e, mais do que isso, eles querem se aproveitar de um moralismo barato para atingir os seus próprios interesses. **Censura, fundamentalismo, moralismo?** Em que ano nós estamos? 2017? O que é inacreditável, para mim, é que a gente esteja precisando discutir no século XXI censura às artes. (grifo meu)

Artistas retiram as mãos do rosto e olham sérios para a câmera. Gaudêncio Fidelis aparece e diz: “O que nós estamos vivendo é um processo de criminalização da produção artística.” O vídeo continua com outros artistas:

A liberdade de expressão, de informação, de criação artística, são direitos fundamentais e deveriam ser respeitados e exercidos por todos os cidadãos. **O verdadeiro crime é a difamação.** Isso é um crime. As novelas daqui a pouco vão ser controladas, o conteúdo que estão sendo veiculados nos filmes, nos livros, nas letras de música. **Diga não à censura** e defenda a sua possibilidade inclusive de discordar. É proibido proibir. Somos divertidos, somos palhaços, somos bailarinos, somos músicos, cantamos, dançamos no teatro, na rua, mas não somos fracos e juntos somos mais fortes ainda. (grifos meus)

Eles aparecem sérios, em silêncio. “Então, nós estamos aqui combater o discurso de ódio, o discurso de intolerância e gente que se utiliza dessa intolerância para esconder os graves problemas deste país.” No fim do vídeo, todos aparecem, cada um dizendo, um atrás do outro: “contra a censura e a difamação” e “porque a arte é uma forma de liberdade. Arte não é pedofilia.”

O fundo preto, os rostos cobertos pelas mãos, o silêncio e a seriedade, assim como a hashtag “CensuraNuncaMais” e a música “É proibido proibir⁴⁶”, remetem à censura e à repressão política ocorridas no período da Ditadura Militar (1964-1985) e ao perigo corrido pela democracia em 2017 com os ataques à cultura. Fidelis, em suas entrevistas, salienta o ineditismo do fechamento de uma exposição com o tamanho e a importância da Queermuseu até mesmo no período da Ditadura. Para Gaudêncio e a 342 Artes, o episódio da Queermuseu foi mais um dos ataques que a cultura vinha sofrendo, método para distrair as pessoas das ações do governo e, por meio do “moralismo”, recrudescer o “fundamentalismo” e a “censura”. Alertam que logo outros meios artísticos, como filmes, novelas, livro e músicas, também seriam censurados. A Queermuseu é inserida, portanto, em um contexto político mais amplo, em que democracia e liberdade de expressão se tornam objetivo e razão de luta contra a censura e o fundamentalismo em curso, que devem ser combatidos. Ademais, nesta conjuntura, liberdade de expressão e censura remetem a um passado histórico específico de censura à arte que foi o período ditatorial militar.

Em contraposição às acusações contra a Queermuseu, que Fidelis chama de processo de criminalização da arte, há uma resposta no sentido de que criminosos são os que acusam a Queermuseu: “o verdadeiro crime é a difamação”. Esse processo de criminalização da arte e dos artistas precisa, diz o curador da Queermuseu, ser combatido com veemência.

Esse ataque à produção artística, da maneira com que ele foi construído, com essa tentativa específica de criminalização da arte, é um avanço assustador do fundamentalismo, que nós temos que combater com todas as nossas forças e eu tenho dito isso todos os dias. Eu já vinha falando disso antes do fechamento da Queermuseu, mas eu acho que o avanço agora está sendo muito rápido e assustador. Não há tempo para distrações, eu tenho dito isso. É tempo para estar alerta, temos uma eleição muito importante pela frente e temos de estar na luta e alertas para isso que está acontecendo, é muito grave.⁴⁷

Conforme vimos no capítulo anterior, a CPI dos Maus-tratos foi um momento de grande repercussão para os casos de exposições canceladas, em que as diversas acusações feitas a mostras artísticas foram discutidas pela Comissão, com oitiva de artistas e curadores, em especial as de maior destaque na mídia: a performance “La Bête” e a exposição Queermuseu.

⁴⁶ Música de Caetano Veloso apresentada no III Festival Internacional da Canção, em 1968, época da Ditadura Militar.

⁴⁷ GAUDÊNCIO Fidelis || Contra a Censura da Arte no Brasil [SSEX BBOX + Blue Entrevê]. Publicado por Blue Queen. Youtube, [S. n.], 2018. 1 vídeo (3:03 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4LxOWUzslqk>. Acesso em: 14 ago. 2021.

Para Gaudêncio, a CPI convocou artistas e profissionais ligados às exposições como criminosos.⁴⁸

Não resta dúvidas quanto a isso, porque isso foi explicitamente colocado não só em vídeos, mas em discursos pelo senador Magno Malta, e isso vai tão longe a ponto de ele convocar várias pessoas, não só eu, por condução coercitiva, que é um caso extremo que nós não havíamos presenciado no âmbito do Senado e do Parlamento. [...] você não tem prova de crime, muito menos ainda, artistas, curadores, no meu caso, profissionais, como por exemplo uma professora que mostrou o catálogo em aula foi convocada, coercitivamente e assim por diante. [...] Acontece na câmara dos deputados uma reunião, convocada por três deputados, dois da bancada evangélica e um que é o deputado Onyx Lorenzoni, que flerta com a bancada evangélica, mas não se diz membro da bancada evangélica, e eles chamam numa reunião a comissão de combate ao crime organizado. Mas qual é o assunto que eles vão discutir nessa reunião? **Exposições de arte. Então, assim, quem não quer enxergar nisso um processo público diante do imaginário social de criminalização da produção artística, ou como me disseram, ou não quer enxergar a realidade, ou não está entendendo o processo.** (grifo meu)

Na ocasião, Fidelis expôs em detalhes a sua perspectiva sobre o cancelamento da exposição, sendo interessante trazer, nesse momento, alguns dos seus argumentos. Ele começa a sua fala contando sua trajetória acadêmica e profissional, dizendo, a seguir, que no início declinou ir à Comissão pelo que ele acreditava ser um desencontro entre o objeto da CPI e a sua convocatória, no que diz respeito à investigação quanto à exposição e as discussões que foram desenvolvidas, “do meu ponto de vista difamatórios [...], mas estou aqui cumprindo a lei”. Ele diz:

Rapidamente, sobre a Queermuseu, que é o objeto central dessa discussão e dessa mobilização para me trazer para essa CPI dos maus-tratos, eu queria dizer basicamente o seguinte: a Queermuseu é uma exposição extraordinária de arte brasileira, é uma exposição que envolve 263 obras de 85 artistas, alguns dos mais importantes artistas brasileiros [...], mas me parece que isso já foi divulgado ostensivamente pela imprensa. A Queermuseu foi criada com uma perspectiva em mente: a perspectiva de abrir o diálogo e o debate sobre uma série de questões que nós consideramos fundamentais para a sociedade brasileira, questão de gênero, questões da diferença, da forma artística inclusive, e também questões relacionadas a outros desdobramentos que se entrecruzam com essas questões de gênero [...]. Então, essa exposição foi criada com essa disposição, de abrir essa plataforma de diálogo e de debate, que é **encerrada abruptamente e autoritariamente pelo Santander Cultural**, o que nos coloca em um dilema até então não visto na história das exposições brasileira, onde **nós temos, a partir de então, que discutir sobre uma exposição que não pode ser vista e não pode ser constatada**. Acho que isso é fundamental de nós entendermos aqui, porque o que nos traz aqui, nesse momento, é parte desse dilema que foi posto. Como podemos falar de uma exposição que não pode ser vista e cujo catálogo inclusive já esgotou naquela primeira noite e não há uma grande parcela da população que possa verificar in loco como essas acusações e essas atribuições que **eu considero, quero deixar bem claro, acho que divido com maior parte da população brasileira, essas**

⁴⁸ QUEERMUSEU | Entrevista com Gaudêncio Fidélis. Publicado pelo Canal História da Ditadura. Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (29:23 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z4qO4WcdwhI&list=PLq-oiyFA5r2_0qFu21kTRUM5qjLRxqsP7&index=5. Acesso em: 23 ago. 2021.

acusações difamatórias não podem mais ser constatadas porque há o fechamento da exposição, então aí nós temos uma questão que está posta aí nossa jornada tão trágica e significativa para a produção brasileira, que é o fato que **se nós não temos essa possibilidade, não temos a possibilidade de acesso ao conhecimento e isso se caracteriza dentro da Constituição brasileira claramente com censura. Entramos numa discussão que é aquela que diz respeito à liberdade de expressão, à liberdade de escolha e a liberdade de decidir o que nós queremos ver, ouvir, ler e assim por diante.**⁴⁹ (grifos meus)

Gaudêncio chama o fechamento da exposição de uma “tragédia” feita de forma abrupta e autoritária. Com essa tragédia, o que passa a ser importante não é mais o mérito da exposição, do ponto de vista artístico, mas “essas questões relativas à censura, à liberdade de expressão”, que tornaram o debate muito acalorado, alimentado “por um conjunto de iniciativas, na minha perspectiva muito obscurantista, atacaram a exposição e alimentaram uma rede muito extensa de difamação sobre as obras dessa exposição e sobre a maneira que essa exposição foi organizada.”

A impossibilidade de acesso à mostra e, conseqüentemente, ao conhecimento, violou o princípio da liberdade de expressão artística, da liberdade de escolha, caracterizando-se a censura. O fato de a mostra não poder ser vista e, portanto, a impossibilidade de haver uma discussão real sobre seu conteúdo, é um dos pontos que Fidelis frisa ao longo do seu discurso na Comissão Parlamentar de Inquérito. Para o curador, o que se discutia não era a exposição em si, que não pôde ser visitada pela maior parte da população, mas fragmentos descontextualizados, que não compreendem o sentido real da exposição, e que foram tomadas como se a representasse. Questionado muitas vezes por Magno Malta acerca dessas obras descontextualizadas e sobre se o conteúdo delas não poderia ser de alguma forma chocante, Fidelis, apesar de dizer que a questão central não é mais o mérito da exposição, expõe que:

O que causou choque foi **o fato dessas obras terem retirado a sua verdade** e terem atribuído a elas outra narrativa e acho que é isso que é preciso [...] é um pouco mais complexo que contexto. Vou lhe dar um exemplo. As obras da Bia Leite [...] sempre foram obras sobre bullying, a violência que a criança sofre na escola, sobre todo esse processo de formação de indivíduos LBGTs nessa fase do seu crescimento, que elas precisam de apoio. É uma obra de denúncia, inclusive ela foi feita a partir de uma perspectiva da comunidade LGBT. Ela não é uma visão distanciada da comunidade LGBT sobre essa questão. [...] aquelas pinturas são imagens de crianças, tem essas frases, e essas frases são o que, não são nada mais, nada menos que os xingamentos que essas crianças recebem na escola quando sofrem bullying, quando sofrem violência verbal. Quando chegamos diante dessas obras, tanto quanto aqueles que produzem o bullying, quando aqueles que sofrem o bullying, é um choque para todo

⁴⁹ CPI dos Maus-Tratos – Queermuseu – 23/11/2017. Publicado pelo TV Senado. Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (1:24:35h) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W8Hkrl-dX9k&list=PLq-oiyFA5r2_0qFu21kTRUM5qjIRxqsP7&index=7. Acesso em: 17 ago. 2021.

mundo, porque você tem que ler mentalmente, tem de enxergar essa violência [...] e é isso que essas obras são. E aí, Excelência, **eu fico muito preocupado com a retirada de contexto quando essa obra é roubada do seu significado e é isso que eu caracterizei várias vezes como um crime contra essas cinco obras de arte. Em que a obra é roubada do seu significado e outra é atribuída a ela, e qual é, aquele de acusação de pedofilia, mas essas obras não são sobre isso. esse é um dos exemplos.**⁵⁰ (grifos meus)

As pinturas de Bia Leite, “Travesti da Lambada e Deusa das Águas (2013)” e “Adriano Bafônica e Luiz França She-há (2013)”, foram umas das mais presentes nas manifestações e notícias em geral veiculadas acerca da Queermuseu. Essas e outras imagens se tornaram o contato parcial com a exposição, como nota Fidelis, por parte de pessoas que não tiveram a oportunidade de ir à exposição. Foi a partir dessas imagens que se criou um imaginário da mostra e de seu conteúdo, sendo este, para Gaudêncio, uma noção falsa. Nesse momento, ele continua a falar sobre algumas dessas obras:

A obra da Adriana Varejão⁵¹, que é uma das obras que talvez tenha gerado mais polemicas, no processo de descontextualização, e aí eu acho, se o senhor me permite, senador, que todos nós fomos vítimas desse processo, daqueles que tiveram a chance de ver a exposição. Porque quando se retira um pequeno fragmento da obra da Adriana Varejão, ao qual é atribuído a acusação de zoofilia, ao dizer que aquilo é a pintura, e aquilo não é a pintura. Isso é um fragmento que quando retirado do contexto retira dele uma questão fundamental, naquela obra há uma série de cenas sobre a exploração, sobre as mazelas da colonização brasileira, é aquilo que está ali naquela obra, **a obra sempre foi isso, aquilo está escrito na história da arte.** Tanto que essa obra histórica, está escrito nos livros sobre esse assunto, [...] **eu não estou aqui fazendo uma observação minha, uma opinião minha, ela está plenamente de acordo com a natureza da obra.** Uma obra sobre as mazelas da colonização se transforma em uma grande discussão [...] sobre pedofilia. E as obras que o senhor, e eu acredito que a maioria de nós teve acesso, que é aquelas que tiveram, que foram imputadas a questão de vilipêndio de símbolos religiosos et Cetera, eu acho que é preciso ser muito categórico aqui, por exemplo, a obra do Fernando Baril⁵², que é a do cristo, ganhou uma imensa e extraordinária popularidade com essa exposição, é uma obra sobre o sincretismo religioso, quando eu disse, senador, [...] a arte não vai contentar a todos nós, porque ela é um espelho, de certa forma [...] e eu tenho certeza que o senhor gostaria que eu discutisse a obra mais polêmica de todas, que é a obra do Antonio Obá⁵³, onde tem as hóstias com palavras e que causou um enorme furor. Também é uma completamente descontextualizada, porque aquela obra está falando sobre uma questão muito importante para todos nós, independente das nossas crenças religiosas, que é o processo de transubstanciação que é evidentemente da igreja católica, mas que está relacionado a um aspecto muito forte na cultura, ou seja, a transubstanciação entre o corpo de Deus e o homem. Eu preciso apenas adicionar que aquela obra, feita por um artista afrodescendente, trata da invisibilidade justamente da comunidade de afrodescendentes no Brasil, especialmente. [...] ela se utiliza das partes do corpo, justamente aquelas que são invisíveis, da sexualidade, para tratar esse processo de

⁵⁰ CPIMT – Maus-Tratos – Queermuseu - Parte 2- 23/11/2017. Publicado pelo TV Senado. Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (2:14:22h) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SgM31o2Wq_w&list=PLq-oiyFA5r2_0qFu21kTRUM5qjIRxqsP7&index=8. Acesso em: 17 ago. 2021.

⁵¹ VAREJÃO, Adriana. **Cena de interior II**. 1995 120x110cm. Óleo sobre tela.

⁵² BARIL, Fernando. Cruzando Jesus Cristo com Deusa Shiva. 1996. 150x125cm. Coleção Particular.

⁵³ OBÁ, Antonio. Et Verbum. 2011. 40x54x14cm.

transubstanciação. **Eu não poderia deixar de vir aqui e defender essas obras e trazer para elas a sua verdade, porque se eu fizesse isso, eu não vim aqui para convencer todo mundo, para produzir consenso, eu vim aqui através dessa convocatória aqui na CPI para esclarecer tudo que me fosse possível e demandado. E aí então essas são as cinco obras.** (grifos meus)

Gaudêncio busca deixar claro que expõe não a sua opinião sobre as obras, mas o saber técnico ou propriamente de entendimento artístico sobre elas. Diz que não fosse pela campanha de difamação contra essas obras, não haveria polêmica, que, em sua visão, não vem do público, que recebeu muito bem a exposição, mas sim desse grupo com objetivos obscurantistas, moralistas e fundamentalistas. Essa campanha difamatória, argumenta o curador, foi facilitada por uma “migração cognitiva” da percepção de determinadas imagens não como metafóricas ou representações, mas como elementos da realidade concreta, capazes de cometer atos criminosos e ofensas (FIDELIS, 2018).

Para Fidelis, o fechamento da exposição foi o encerramento do diálogo com a sociedade. Assim como o MBL evoca “o povo”, com a campanha de reabertura da exposição, ao longo de 2018, há, de certa maneira, a evocação da sociedade, que não teve oportunidade de ver a mostra e que gostaria de vê-la. Em uma espécie de estratégia de luta, há um movimento não só pela denúncia ao fechamento da Queermuseu, mas pela reabertura da exposição, impedida de ocorrer pelo Santander e pelo prefeito Marcelo Crivella.

Reabrir a exposição é antes de tudo um ato muito importante de fazer frente à censura à exposição e uma série de eventos subsequentes que a seguiram. Nós presenciamos muitos atos de censura e volta da censura no Brasil. Uma coisa impensável em pleno século XXI, 2017 e 2018 [...] **e também de cerceamento de liberdade de expressão.** (grifos meus)⁵⁴

Para o curador, os ataques à Queermuseu não foram um processo incidental, mas de censura muito bem orquestrado, perpetrado por grupos fascistas e fundamentalistas e com o apoio do Santander, cujos agentes também fazem parte desses grupos obscuros (FIDELIS, 2018). Em entrevista para o canal “História da Ditadura”, em agosto de 2018, Gaudêncio Fidelis

⁵⁴ ESTAÇÃO Cultura | TVE – Gaudêncio Fidélis, Daniel Debiagi e Marisa Rotemberg –19/02/18. Publicado pelo TVE RS. Youtube, [S. n.], 2018. 1 vídeo (28:46 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LMKRJbaOvaY>. Acesso em: 15 ago. 2021.

está sentado na parte externa da EAV e fala sobre o MBL e o movimento ocorrido ao longo de 2017⁵⁵:

Um movimento que culmina em ataques que duraram dois dias e algumas horas à Queermuseu, ataques presenciais [...] nós precisamos entender o surgimento do MBL dentro da sociedade brasileira, lá naquele momento pré-impeachment da presidente Dilma, e isso é muito importante pelo seguinte: o MBL vem a público com um discurso de moralização da política, de anticorrupção [...] o MBL não está mirando a um resultado imediato, mas a um futuro mais adiante onde possa haver ou onde se busca um acirramento do sistema de repressão no Brasil, que nós estamos vivendo agora. **Nós estamos ingressando em um Estado de Exceção, onde se reprime os movimentos sociais, onde se criminaliza os movimentos sociais e olha onde nós viemos parar: num processo de criminalização artística, dos artistas da Queermuseu.** Depois dessa investida do MBL, a investida seguinte é no campo da moral e dos bons costumes, por quê? Porque muitas pessoas interpretaram isso superficialmente como apenas uma manifestação da direita, da ultradireita ou conservadores, termo que eu tenho evitado usar, porque nós nem podemos mais falar em conservadorismo no Brasil, acho que não são princípios que vêm da classe conservadora, mas de outros setores da sociedade que se radicalizam e que dizem respeito à direita, à ultradireita e ao fundamentalismo, essencialmente, com nuances intermediárias, como os fanáticos que seguem o Bolsonaro e assim por diante. **O MBL ingressa nesse território porque o território dos costumes é a última fronteira para que se possa, num futuro breve, na instalação de um regime fundamentalista,** e eu não estou falando em um regime no estrito senso, mas em um modo de pensar e agir que ataca as instituições, que age pelas instituições, e a gente vê isso pelo Congresso de uma maneira absolutamente visível, dentro do senado, vários setores da sociedade que se radicalizaram, inclusive determinadas religiões, especialmente a evangélica, e determinados setores dos evangélicos que se radicalizaram. [...] **quando você ataca a arte, você ataca todos os aspectos que dizem respeito ao comportamento, moral, aos costumes, a liberdade de expressão,** [...] a liberdade de escolha com tudo aquilo que diz respeito a como você vai se vestir, como vai se comportar, aquilo que você quer ler, escrever, pensar, et Cetera [...] as questões de identidade e expressão de gênero e aquilo que eles chamam de ideologia de gênero. (grifos meus)

Para Fidelis, esses ataques partem dos grupos mais obscuros da sociedade brasileira, sendo o MBL apenas uma empresa de prestação de serviço para esses setores que se beneficiam dessas estratégias “de milícia”. Diante desses ataques, o curador expõe que adotou uma estratégia “muito contundente de responder e de não recuar diante do fechamento e atacar diretamente as fontes, justamente aquelas de ataque”, dizendo que, com isso, ganhou grande destaque na mídia, o que, de certa forma, o protegeu⁵⁶.

Assim como o fechamento da Queermuseu é metonímia para a censura nas artes, a reabertura da mostra é uma resposta a essa censura e uma vitória não só dos artistas, mas da

⁵⁵ QUEERMUSEU | Entrevista com Gaudêncio Fidélis. Publicado pelo Canal História da Ditadura. Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (29:23 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z4qO4WcdwhI&list=PLq-oiyFA5r2_0qFu21kTRUM5qjIRxqsP7&index=5. Acesso em: 23 ago. 2021.

⁵⁶ Fidelis conta que ele e pessoas muito próximas sofreram diversas ameaças de morte, tendo de, em algumas ocasiões, andar escoltado por seguranças.

liberdade de expressão e da democracia. Em campanha pela reabertura na Escola de Artes Visuais, que se oferece a receber a exposição, Gaudêncio diz que o Parque Lage representa resistência artística, estando em sintonia com a curadoria da exposição. Diante do cerceamento da exposição de ir ao MAR, “diante dessa intempestiva e absurda postura do prefeito”, a reabertura da exposição significava a possibilidade e a necessidade de reabrir o debate de maneira mais ampla e permitir que a “sociedade como um todo”, que é contra a censura

ou mesmo que não tenha disposição imediata de ver a exposição, mas que não aceita esse tipo de, vamos dizer assim, ataque à produção artística, tem agora nas mãos a possibilidade de agora, ao fazer uma contribuição por meio da campanha, reabrir a exposição. **Essa exposição está integralmente nas nossas mãos.**⁵⁷ (grifo meu)

Para a reabertura da exposição na EAV, foi feita por uma campanha de financiamento coletivo⁵⁸, em que valores são doados pela coletividade para realização de projetos. O objetivo inicial da campanha era de arrecadar R\$ 690.000,00 (seiscentos e noventa mil reais), meta chamada de “um basta à censura!”. No entanto, com mais doações, o conceito da reabertura, que incluiu shows, debates, palestras e apresentações, pôde ser expandido. Fidelis disse que a campanha de financiamento coletivo “responde a uma vocação da exposição de ter sido entregue à sociedade, uma discussão que a sociedade quer levar adiante” e que era importante para a democracia. O fato de a Queermuseu retornar “pelos mãos da sociedade” tinha como efeito não apenas responder ao fechamento da mostra, mas dar a ela legitimidade, já que seria o próprio interesse coletivo que tornaria a exposição possível, contrariando os que diziam que a população não tinha interesse na Queermuseu. Ainda, apresentou-se como contraponto definitivo à ideia de que a exposição teria sido encerrada pelo clamor popular, ideia negada pelos seus defensores. Além disso, não se poderia mais argumentar sobre o uso de dinheiro público para o acontecimento da exposição, um dos pontos de crítica à Queermuseu. O Parque Lage, espaço cujo passado remete ao apoio às artes frente aos regimes de censura, ganha uma dimensão simbólica diante da ameaça à liberdade artística (ANDRADE, 2019).

No site da campanha, lê-se: “Queermuseu no Parque Lage. Vamos juntos reabrir a exposição e reestabelecer o diálogo interrompido!”. Apoiado por 1.675 colaboradores em um total de 58 dias, a campanha pela reabertura da Queermuseu veio a se tornar o mais bem

⁵⁷ ESTAÇÃO Cultura | TVE – Gaudêncio Fidélis, Daniel Debiagi e Marisa Rotemberg –19/02/18. Publicado pelo TVE RS. Youtube, [S. n.], 2018. 1 vídeo (28:46 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LMKRJbaOvaY>. Acesso em: 15 ago. 2021.

⁵⁸ BENFEITORIA. **Queermuseu no Parque Lage**, 2018. Disponível em: <https://benfeitoria.com/queermuseu>. Acesso em: 25 nov. 2020.

sucedido projeto de crowdfunding do Brasil até então, tendo arrecadado mais de um milhão de reais. O vídeo da campanha começa com a pergunta: “2018 será o ano da liberdade de expressão?”. Em seguida, aparecem cenas dos protestos em Porto Alegre no ano anterior, com policiais agredindo manifestantes e as frases “censura não”. Aparece o texto: “Exposição sobre diversidade é fechada pelo banco Santander depois de ataques difamatórios”. São mostradas algumas obras da exposição. “Em seguida, a exposição é impedida de acontecer no Rio de Janeiro pelo prefeito Crivella”, e aparece o prefeito Marcelo Crivella falando que o Rio não quer a exposição. “Depois da ditadura, pela primeira vez uma exposição com mais de 80 artistas é censurada” e aparece uma grande faixa preta: “censurada”. Depois, aparecem manchetes de diversos jornais, nacionais e internacionais, sobre o fechamento da Queermuseu. Gaudêncio Fidelis aparece falando sobre esse ser um processo de criminalização da arte que precisa ser combatido com veemência. Logo em seguida: “Artistas e diversos setores da sociedade no Brasil e no mundo apoiaram a exposição” e o nome de alguns desses grupos surge na tela, com fotografias da Parada Gay e de manifestações, em outros países, de apoio à Queermuseu. Em seguida, surge a frase: “Agora é hora de agir! Queremos trazer Queermuseu para o Rio e dar um basta na censura. Precisamos de você. Contribua com a campanha para mudar essa história. #EUQUEROQUEER”.

Com diversas possibilidades de contribuição, e com a colaboração de um show beneficente de Caetano Veloso e obras doadas por artistas, a nova exibição da Queermuseu se apresenta primeiro pela sua história de luta contra a censura. As expressões utilizadas são “para que as futuras gerações saibam que você se levantou contra a censura”; “histórica exposição que foi tirada da censura pela mobilização das pessoas”; “histórica exposição que você ajudou a tirar das trevas da censura”. Na apresentação da exposição pela Escola de Artes Visuais do Parque Lage, a exposição é apresentada como “fechada e censurada”. A exposição, diz a apresentação da campanha, foi fechada pela intolerância com a diferença, tornando-se mais grave com a atuação do prefeito Crivella, quando este vetou a exposição com base em “mentiras e suposições falsas” de que o a população carioca não queria a exposição, sem que ninguém tenha sido perguntado sobre. Desafiando a prefeitura do Rio de Janeiro e legitimada pelo apoio no financiamento coletivo, mas ainda mergulhada em controvérsias e tentativas que a impedisse de acontecer, a Queermuseu começou a se preparar para reabrir com a seguinte campanha: “Quem quer queer?”, “Eu quero queer”. A reabertura da exposição se tornou um ato político contra a censura e a favor da liberdade de expressão, diz a campanha, que convida pessoas,

mesmo sem interesse específico na exposição, a contribuir, apenas por desejarem “participar de um momento histórico de mobilização da sociedade contra a censura”.

Em agosto de 2018, quando houve a reabertura da exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, era outro o contexto político e dos opositores da mostra. Dentro de um ano, houve um declínio no interesse pela exposição, inclusive nas manifestações on-line. Apesar do Movimento Brasil Livre, junto de outros movimentos da “Direita RJ”, ter convocado a população para a realização de um protesto em frente ao Parque Lage na data da sua abertura, poucas pessoas apareceram e a mostra reabriu sem grandes manifestações, mas lotada pelo público. No entanto, não foi de maneira pacífica ou livre de conflitos que a exposição aconteceu no Rio de Janeiro.

3.2 Pela liberdade de expressão artística – a mobilização institucional a favor da Queermuseu e as disputas finais na reabertura da exposição

Diante das diversas manifestações contrárias à Queermuseu ou, pelo menos, contrárias à possibilidade da presença de crianças e adolescentes na exposição, as instituições foram mobilizadas, passando a ser instrumento de interpretação e determinando o que a exposição ou as obras “queriam dizer” (PAIVA, 2018). Isto ocorre, em um primeiro momento, com o fechamento da exposição; e em um segundo, com a sua reabertura, no ano seguinte. Aqui, torna-se importante avaliar essas mobilizações institucionais que se concretizaram, ainda que parcialmente, em posições favoráveis à realização da Queermuseu, em contraste ao que vislumbramos no capítulo anterior, principalmente no que diz respeito à atuação do Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul, em 2017, com o fechamento da mostra. Já em 2018, diante de sua reabertura, veremos a investigação e posterior recomendação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro acerca da classificação indicativa, discussão que também vimos ser travada pelo MPF-RS e pela CPIMT. Em 2018, os embates em torno da Queermuseu deslocaram-se não tanto para a possibilidade de sua realização, mas para o acesso de crianças e adolescentes nesta, como resposta às tentativas, em especial de agentes políticos estaduais, de impedir que a exposição ocorresse no Rio de Janeiro e, de maneira alterativa, impedir a presença do público infanto-juvenil nela. Descreverei, de forma breve, os argumentos jurídicos apresentados pelos diferentes órgãos do Ministério Público diante das acusações à Queermuseu quanto à liberdade de expressão artística, à censura e à proteção à infância e à juventude.

Em setembro de 2017, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do MPF-RS publicou a recomendação PRDC/RS n. 21/2017 dirigida ao Santander⁵⁹. Tecendo considerações acerca das representações favoráveis e contrárias ao teor da mostra e os eventos subsequentes ao seu fechamento, a recomendação aponta que a proposta inicial da Queermuseu era travar discussões acerca da diferença e de gênero, além da afirmação inicial de que se tratava da primeira exposição com abordagem Queer a ser realizada no Brasil, sendo Queer, nas palavras do curador, “um significante não normativo, que se refere a uma multiplicidade de posições, identidades, práticas e expressões de gênero, que rompem com a heteronormatividade e atuam fora das categorias binárias”. Para o MPF, o fechamento abrupto da exposição, ainda que por questões de segurança, representou um impacto negativo para a liberdade artística e o respeito à diversidade, devendo-se levar em consideração o objetivo fundamental da Constituição de promover o bem-estar de todos, sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação, incluindo atos de discriminação indireta. A seguir, o documento traz o artigo 216, IV, da Constituição Federal de 1988⁶⁰, que fala sobre obras e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais como patrimônio cultural brasileiro. Ainda, a recomendação dispõe sobre o dever positivo do Estado de garantir o exercício do direito de liberdade de expressão, possibilitando o debate e voltando-se para garanti-lo mesmo que tais ideias sejam rejeitadas pela maioria. Por fim, o texto configura a liberdade de expressão como “direito assegurado constitucionalmente e vital para a dignidade humana”, certificando que as obras que causaram polêmica nas redes sociais não incentivavam a pedofilia.

Logo, o documento se volta para dispor sobre a liberdade de expressão artística e o dever do Estado de garantir esse direito, dizendo que boa parte da polêmica poderia ter sido evitada com a inclusão de informações acerca do teor da exposição para os pais e responsáveis de crianças e adolescentes, ainda que esta exigência não esteja presente no Estatuto da Criança e do Adolescente. A recomendação fala, ainda, do prejuízo que o fechamento de uma exposição causa à liberdade de expressão artística, utilizando como exemplo os episódios de destruição

⁵⁹ RIO GRANDE DO SUL (Estado). Ministério Público Federal. **Recomendação PRDC/RS n. 21/2017**. Rio Grande do Sul: Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/rs/sala-de-imprensa/docs/recomendacoes/2017/recomendacao-queermuseu-porto-alegre/view> Acesso em: 31 out. 2020.

⁶⁰ Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. (BRASIL, 1988).

de obras de arte na Alemanha nazista. Por fim, recomenda ao Santander a imediata reabertura da exposição, com medidas informativas acerca do seu conteúdo para o público infanto-juvenil. Recomendou, ainda, que o banco realizasse nova exposição com objetivos similares aos da Queermuseu.

Conforme comentado anteriormente neste trabalho, a recomendação do MPF-RS não foi seguida pelo banco Santander. Apesar de trazer semelhanças argumentativas daquelas apresentadas pelo curador Gaudêncio Fidelis, o Ministério Público acreditava que a presença de classificação indicativa teria sido uma solução para a polêmica envolvendo a exposição, já que a controvérsia dizia respeito, a princípio, à presença de crianças e adolescentes na mostra.

De forma mais detalhada, a Procuradoria Federal os Direitos do Cidadão, que possui como competência a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e a liberdade de expressão, apresenta como objetivo, na nota técnica n. 11/2017/PFDC/MPF⁶¹, fazer uma análise jurídico-constitucional dos episódios de cerceamento a obras e performances artísticas classificadas como “imorais” ou de “natureza pedófila”. Mais especificamente, buscou “definir o conteúdo e os limites da liberdade de expressão artística perante o direito fundamental de crianças e adolescentes à proteção integral”. A nota foi dividida em três partes: a primeira voltou-se para a análise do que se trata o direito à liberdade de expressão, em geral e artística; a segunda apresentou os crimes de natureza sexual contra crianças e adolescentes previstos no ordenamento jurídico e o atual sistema de classificação de diversões e espetáculos; e, por último, foi feito um sumário com as conclusões obtidas a partir das duas primeiras partes.

A nota traz as hipóteses de limitação ao direito de liberdade de expressão, como manifestações de caráter racista, propagação de ódio, ofensa à honra e à imagem de terceiros e a vedação ao anonimato. Fora dessas hipóteses, afirma, o legislador infraconstitucional veda a limitação à liberdade de expressão e restrições somente podem ocorrer em ponderação com outros princípios constitucionais. Utiliza-se da jurisprudência dos tribunais superiores para falar acerca do caráter prioritário que a liberdade de expressão tem diante da colisão com outros direitos, devendo, no caso de restrições, haver especial controle e um ônus argumentativo mais

⁶¹ BRASÍLIA. Ministério Público Federal. **Nota técnica n. 11/2017/PFDC/MPF**. Distrito Federal: Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, 2017. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/direitos-sexuais-e-reprodutivos/nota-tecnica-liberdade-artistica-e-protecao-de-criancas-e-adolescentes>. acesso em: 17 ago. 2020.

elevado para justificá-las. No caso de abuso no exercício da liberdade, a regra adotada pela CRFB é a da responsabilização ulterior do autor. Baseando-se na decisão proferida pelo Ministro Gilmar Mendes (STF, Segunda Turma, HC 83.996-7/RJ), a nota técnica delibera que a liberdade de expressão abrange mesmo “manifestações deseducadas, inadequadas e de extremo mau gosto”. O incômodo surgido da manifestação não é justificativa para que esta não seja constitucionalmente protegida. Ademais, deve-se levar em conta o contexto em que ela se encontrava, não devendo ser considerada isoladamente. Quanto à liberdade de expressão artística, há pouca doutrina constitucional brasileira que trate sobre o tema de maneira específica. Dimitri Dimoulis e Dimitris Christopoulos afirmam que a arte tem formas e justificativas próprias para seu exercício, diferentes das demais formas de manifestação. “Aquilo que em condições normais seria um ato obsceno, deixa de ser percebido como tal se for representado em uma tela ou no teatro”. A nota usa como exemplo outras obras que causaram reações contrárias do público, como um quadro de Édouard Manet e o livro de Gustave Flaubert, *Madame Bovary*, afirmando, por outro lado, que isso não significa que a liberdade artística deva ser absoluta.

Quanto à questão da violação de direitos das crianças e dos adolescentes, a nota primeiro diferencia a questão da pedofilia, termo que não pertence ao campo semântico jurídico, para violência sexual contra crianças e adolescentes, já que o direito brasileiro não adota o chamado direito penal do autor, mas sim o direito penal do fato: pune-se alguém por ação ou omissão, não por características pessoais ou a mera existência de determinado desvio no agente. Logo, não é a pedofilia, explica a nota, que é criminalizada em nosso país, mas o conjunto de ações que atentam contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, sancionada tanto no Código Penal quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente. A seguir, a nota se dispõe a esmiuçar alguns desses crimes, concluindo que não seria propriamente a nudez de ou perante uma criança ou adolescente que seria objeto de incriminação, mas a intenção sexual e lasciva do autor. Não constitui ilícito penal, analisa, o caso de desenhos ou outras representações gráficas, por mais ofensivas que sejam.

Voltando-se, ainda, para a questão da classificação indicativa, a nota técnica explica que a Constituição não proíbe o acesso de menores de idade a espetáculos de nenhum tipo, mesmo que possuam conteúdo erótico ou inadequado. Há a classificação indicativa, estando excluída a classificação feita pelo poder público no caso de espetáculos teatrais, shows, competições

esportivas, espetáculos circenses, propagandas e publicidades⁶². Da mesma forma, exposições ou pinturas em um museu dispensam a classificação etária prévia por parte do poder público. A nota dispõe que os responsáveis pelos espetáculos e exposições têm obrigação apenas de informar ao público de maneira prévia e adequada sobre o conteúdo do evento, de forma a permitir a livre escolha por parte de pais e responsáveis. Essa classificação é apenas indicativa e não possui, portanto, força vinculante, não cabendo ao Estado ou aos realizadores impedir a entrada de crianças e adolescentes, especialmente se acompanhados dos pais. Isto é, “compete exclusivamente aos pais ou responsáveis decidir sobre o acesso de menores de 18 anos a programas televisivos e diversões e espetáculos em geral”.

Portanto, de acordo com a nota técnica, conclui-se que a liberdade de expressão possui uma posição de preferência frente a outros direitos e que a responsabilização, caso haja um exercício abusivo da liberdade de expressão, deve ser posterior. Para impor, em um caso concreto, limites à liberdade de expressão artística, deve-se ficar provado um dano muito grave que o justifique, não sendo suficiente a mera possibilidade de dano ou mesmo um dano pequeno. Além disso, as manifestações artísticas devem ser consideradas em sua totalidade, não sendo permitido remover partes ou analisar obras de arte fora de contexto ou de forma independente do todo. Ainda, quanto ao direito das crianças e adolescentes, a nudez não erótica não constitui conteúdo impróprio. Como princípio geral, toda criança e adolescente terá acesso a diversões e espetáculos adequados à sua faixa etária e os atuais regulamentos infralegais e infraconstitucionais não obrigam a prévia classificação etária ao órgão competente do Ministério da Justiça, com exceção de jogos, conteúdos destinados à televisão e assim por diante⁶³. Nos outros casos, dispensa-se qualquer tipo de classificação prévia feita pelo poder público, tendo os responsáveis pelas diversões a obrigação geral de informar ao público, pelo sistema de autoclassificação, sendo esta informação meramente indicativa e competindo exclusivamente aos responsáveis a decisão de acesso de crianças e adolescentes.

Desta forma, o Ministério Público Federal manifestou posição favorável à realização da Queermuseu, tendo, a partir das suas atribuições, afirmado que a exposição não violou direitos

⁶² BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria n. 368, de 11 de fevereiro de 2014**. Regulamenta as disposições da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, da Lei n. 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e da Lei n. 12.485 de 12 de setembro de 2011, relativas ao processo de classificação indicativa. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/mj/portaria_mj_368_2014_classificacao_indicativa.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

⁶³ Art. 3º da Portaria 368/2014 (BRASIL, 2014).

e não incorreu em ilícitos penais. Ainda assim, esta não foi suficiente para garantir que a exposição de fato ocorresse em Porto Alegre. A recusa do Santander em reabrir a Queermuseu acirrou ainda mais as disputas em torno da mostra. Mais tarde, foi firmado um acordo, garantindo que o Santander realizasse duas exposições cujos temas dissessem respeito à diversidade. Gaudêncio Fidelis criticou a posição do MPF, que não reparou os danos causados propriamente à Queermuseu.

Apesar de noticiada pela Folha de S. Paulo, a posição do MPF não foi comentada, de forma geral, por grupos contrários à exposição, com exceção de um youtuber ligado ao MBL, “Rafinha BK”, que compareceu a um debate acerca da Queermuseu, na presença de Gaudêncio Fidelis e membros do Ministério Público, e disse, com o microfone na mão: “Se a gente tivesse em um país sério, esses dois integrantes do Ministério Público seriam exonerados e o Gaudêncio seria preso por crime, indução ao crime de pedofilia e vilipêndio religioso, aqui ali não é arte, aquilo ali é crime! é crime!”. Na mesma época, Fidelis havia sido convocado à CPI dos maus-tratos, o que Rafinha, por outro lado, fez questão de lembrar. Na Comissão, a Nota Técnica do Ministério Público foi lida e comentada pela senadora Marta Suplicy para contrapor a fala do procurador Fernando Almeida Martins acerca da classificação indicativa.

No Rio de Janeiro, na ocasião da reabertura da Queermuseu, houve uma situação semelhante. Diante do fato de deputados estaduais e federais afirmarem que a exposição incentivava a pedofilia, a zoofilia e o desrespeito religioso, e o recebimento de diversas representações, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro instaurou, em fevereiro de 2018, um Inquérito Civil Público para averiguar se haveria algum desrespeito aos direitos das crianças e dos adolescentes, diante da função da instituição de “promover a defesa dos direitos difusos e coletivos lato sensu das crianças e adolescentes, bem como a defesa da ordem jurídica, dos princípios constitucionais e do Estado Democrático de Direito”. Em agosto de 2018, o MPRJ publicou uma recomendação, dispendo acerca da classificação indicativa, da Portaria n. 368/2014 e do sistema de autoclassificação para museus e exposições, que não se submetem à classificação indicativa feita pelo Ministério da Justiça, recomendando que o curador da Queermuseu e os representantes da Escola de Artes Visuais do Parque Lage fixassem

em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local onde será realizada a exposição, informação destacada sobre a natureza da exposição, que apresenta obras com conteúdo de nudez e sexo [...] não recomendado para menores de catorze anos, devendo tais informações constarem de folders, ingressos e propagandas do evento,

inclusive no material de divulgação para as escolas, permitindo a ciência por parte dos pais e responsáveis do menor acerca do conteúdo que será exibido.⁶⁴

O MPRJ concluiu, assim, que apesar de não haver obrigatoriedade de classificação indicativa por parte do Ministério da Justiça, havia conteúdos inadequados a crianças na exposição (sexo e nudez) e, portanto, esta informação deveria constar em local visível e de fácil acesso para o conhecimento de pais e responsáveis. Desta forma, a EAV fixou na entrada da mostra o comunicado:

Esta exposição contém obras de arte com nudez, conteúdo sexual e uso de simbologia religiosa, que poderão ofender os valores morais de alguns. Recomendamos levar isso em consideração antes de entrar no espaço expositivo. O conteúdo desta exposição não é recomendado para menores de 14 anos desacompanhados de seus pais ou responsáveis.

Apesar da recomendação do Ministério Público, a Associação Vitória em Cristo (AVEC), do pastor Silas Malafaia, enviou uma representação ao órgão estadual para que a exposição não fosse recomendada para menores de 18 anos. Da mesma forma, o caso foi chegar ao Judiciário. Com pedido de providências por parte do Deputado Estadual Marcio Henrique Cruz Pacheco, foi proferida, pelo Juiz Pedro Henrique Alves da 1ª Vara da Infância da Juventude e do Idoso, decisão liminar proibindo, na véspera de sua abertura, a entrada de menores de 14 anos na exposição. Na decisão do magistrado, menores de 14 anos estariam proibidos de frequentar a exposição e adolescentes de 14 e 15 anos apenas poderiam frequentá-la na companhia de um responsável legal. Em seu argumento, o magistrado cita o Inquérito feito pelo MPRJ e entende que “de maneira excepcional” a classificação naquele caso deveria ser proibitiva. O Juiz Sérgio Ribeiro, conforme noticia a AMAERJ⁶⁵, elogiou a decisão, dizendo que haveria um “risco latente na exposição” e que o acesso precoce a certas situações poderia ser prejudicial, não sendo caso de censura, pois “censura é imotivada, a exposição não foi proibida”. A EAV, em resposta, interpôs um Agravo de Instrumento, visando a reforma da decisão. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), por decisão do relator Fernando Foch, entendeu que, apesar

⁶⁴ BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria n. 368, de 11 de fevereiro de 2014**. Regulamenta as disposições da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, da Lei n. 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e da Lei n. 12.485 de 12 de setembro de 2011, relativas ao processo de classificação indicativa. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/mj/portaria_mj_368_2014_classificacao_indicativa.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

⁶⁵ ASSOCIAÇÃO DE MAGISTRADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Juiz veta menor de 14 anos em mostra polêmica no Parque Lage**. Rio de Janeiro: AMERJ, 2018. Disponível em: <https://amaerj.org.br/noticias/tj-rj/juiz-veta-adolescente-sem-acompanhante-em-mostra-polemica/> Acesso em: 08 jul. 2020.

de bem-intencionada, a decisão agravada era discutível do ponto de vista jurídico, pois não competia à autoridade judicial, mas sim à legislação especial, regular o acesso de crianças e adolescentes a diversões públicas. Assim, a exposição voltou a permitir a entrada de menores de 14 anos.

Tendo em vista a atuação do Ministério Público, tanto no Rio Grande do Sul quanto no Rio de Janeiro, e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de constatar não apenas a falta de violação de direitos ou o cometimento de ilícitos por parte da Queermuseu, mas também quanto à classificação indicativa, não poderia deixar de dispor sobre os movimentos de força contrários, nesse último momento, quanto à entrada de crianças e adolescentes na mostra. Um ano depois, a Queermuseu ainda enfrentava mecanismos para impedi-la de acontecer nos moldes planejados inicialmente pela organização da exposição. Uma vez que a discussão acerca da violação de direitos por parte da Queermuseu estava, de certa forma, ultrapassada, as disputas em torno da exposição se voltaram para a classificação indicativa e a possibilidade de crianças e adolescentes frequentarem a mostra. O campo jurídico se tornou local de disputas e de confronto de narrativas, com a atuação concreta do Ministério Público e do Judiciário, mas também pela manifestação institucional por parte atores judiciais, como foi o caso da nota emitida pela AMAERJ acerca da classificação proibitiva, decisão depois derrubada pelo Tribunal de Justiça. Longe de ser um espaço universal ou mesmo imparcial, o direito, por meio dos seus atores, dispõe de diferentes interpretações acerca do caso e se torna um instrumento importante para garantir ou suspender direitos e para determinar o que seria liberdade de expressão, violação de direitos ou censura.

CONCLUSÃO

Como foi possível vislumbrar ao longo deste trabalho, a construção narrativa acerca da liberdade de expressão no caso da Queermuseu envolveu diversos e complexos recursos argumentativos. Os sentidos de violação de direitos e de liberdade de expressão ganharam diferentes contornos a partir dos seus interlocutores, que, por meio do esforço de construir uma verdade ou versão própria sobre os fatos, também buscavam produzir determinados efeitos e estabelecer seus objetivos em diferentes campos, abrangendo um contexto sociopolítico e cultural mais amplo. Para construção de si, esses grupos, em posições antagônicas, precisaram construir o outro e combatê-lo no que veio a se tornar, diante de intrincadas relações de poder, um confronto de adversários (FOUCAULT, 1995). “Combater” ou “vencer” a Queermuseu se tornou vencer e combater o outro e o conjunto de ideias que se associavam ao outro; e vice-versa.

Por meio da utilização de pautas morais, como a pedofilia, a zoofilia e o vilipêndio à religião, grupos contrários à Queermuseu se voltavam para questões culturais, sociais e políticas, associando os defensores da exposição (imoral e até mesmo criminosa) à esquerda e à ideologia de gênero. O combate à pedofilia serviu de “camuflagem” para o questionamento de políticas sexuais não hegemônicas, que a Queermuseu representava ao se propor a discutir gênero, diferença e sexualidade, além de pautas políticas como o Escola Sem Partido.

Já grupos favoráveis à Queermuseu, em geral profissionais ligados ao mundo da arte, denunciavam a descontextualização difamatória e a censura ocorrida com o fechamento da exposição, o que iria contra a liberdade de expressão artística, associando grupos contrários à direita, ao fundamentalismo e ao autoritarismo. Utilizando-se desses conceitos, por outro lado, grupos como o MBL afirmavam que a censura era cometida contra eles e que fechar a exposição apenas tratava-se de boicote. Como pudemos perceber, esquerda *versus* direita; liberdade de expressão *versus* violação de direitos; censura *versus* boicote foram alguns desses conceitos em disputa.

A proteção à infância se tornou, nesse contexto, argumento que justificou a intervenção por parte do Estado e da sociedade, responsáveis pela proteção integral de crianças e adolescentes. As instituições foram, a partir daí, mobilizadas por esses grupos como instrumento de ação, utilizadas para garantir ou suspender direitos. O fechamento ou a abertura

da Queermuseu e o acesso a crianças e adolescentes nesta se converteu em metonímia para todo um contexto político vivido pelo Brasil nos últimos anos. Longe de esgotar as possibilidades dessas narrativas em disputa, o presente trabalho empreendeu o esforço de compreender, em parte, esse contexto, por meio do enfoque na liberdade de expressão, sentido articulado de diferentes maneiras por esses grupos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Sara Raquel de. **Queermuseu e a trajetória de uma exposição: A rejeição do público e a reação do campo artístico.** Rio de Janeiro, UFRJ, 2019. Disponível em: <https://ufrj.academia.edu/SaradeAndradeSilva>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- ANDRADE, Sara Raquel de. **Reação, mobilização e produção de sentidos na arte: um olhar sobre a trajetória da exposição Queermuseu.** 2019. 155 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9088>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- APÓS PEDIDO de pastor, Queermuseu terá classificação indicativa para 14 anos. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 10 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/08/apos-pedido-de-malafai-queermuseu-tera-classificacao-indicativa-para-14-anos.shtml>. Acesso em 27 jul. 2020.
- APÓS PROTESTO, mostra com temática LGBT em Porto Alegre é cancelada. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 10 set. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/09/1917269-apos-protesto-mostra-com-tematica-lgbt-em-porto-alegre-e-cancelada.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.
- ARTISTAS vão à Justiça contra políticos e grupos que os associaram à pedofilia e à zoofilia. **Congresso em Foco.** Brasília, 08 out. 2017. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/artistas-vao-a-justica-contracrivelladoria-e-grupos-que-os-associaram-a-pedofilia-e-a-zoofilia/>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- ASSOCIAÇÃO DE MAGISTRADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Juiz veta menor de 14 anos em mostra polêmica no Parque Lage.** Rio de Janeiro: AMERJ, 2018. Disponível em: <https://amaerj.org.br/noticias/tj-rj/juiz-veta-adolescente-sem-acompanhante-em-mostra-polemica/> Acesso em: 08 jul. 2020.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS. **100 Regras de Brasília – Carta Do Rio.** Rio de Janeiro: ANADEP, 2009. Disponível em: https://www.anadep.org.br/wtksite/Anexos_-_100_Regras_de_Brasilia_-_Carta_do_Rio.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.
- BALLOUSSIER, Ana Virginia. Ministro e deputados batem boca em audiência sobre ‘Queermuseu’ e MAM. **Folha de São Paulo.** Brasília, 18 out. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1928228-ministro-e-deputados-batem-boca-em-audiencia-sobre-queermuseu-e-mam.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.
- BARBON, Júlia. Pastor pede classificação indicativa para a exposição Queermuseu no Rio. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 10 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/08/pastor-pede-classificacao-indicativa-para-a-exposicao-queermuseu-no-rio.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.
- BARIL, Fernando. **Cruzando Jesus Cristo com Deusa Shiva.** 1996. 150x125cm. Coleção Particular.

BENFEITORIA. **Queermuseu no Parque Lage**, 2018. Disponível em: <https://benfeitoria.com/queermuseu>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BOLDRINI, Angela. Presidente do Santander Cultural diz que mostra não incentivou pedofilia. **Folha de São Paulo**. Brasília, 21 nov. 2017. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/11/1936996-presidente-do-santander-cultural-diz-que-mostra-nao-incentivou-pedofilia.shtml>. Acesso em: 11 abr. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria n. 368, de 11 de fevereiro de 2014**. Regulamenta as disposições da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, da Lei n. 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e da Lei n. 12.485 de 12 de setembro de 2011, relativas ao processo de classificação indicativa. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/mj/portaria_mj_368_2014_classificacao_indicativa.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 10.577/2018, de 11 de julho de 2018**. Altera o art. 3º da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a disseminação da ideologia de gênero nas escolas do Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2018]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1676037. Acesso em: 22 nov. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Parecer (SF) n. 1, de 2018**. Brasília, DF: Senado Federal, 6 dez. 2018. Assunto: CPI dos Maus-Tratos.

BRASÍLIA. Ministério Público Federal. **Nota técnica n. 11/2017/PFDC/MPF**. Distrito Federal: Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, 2017. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/direitos-sexuais-e-reprodutivos/nota-tecnica-liberdade-artistica-e-protecao-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CANOFRE, Fernanda; FIORATTI, Gustavo; MENON, Isabeça. Curador de mostra cancelada diz que Santander infringiu regras básicas. **Folha de São Paulo**. São Paulo e Porto Alegre, 12 set. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/09/1917600-curador-de-mostra-cancelada-diz-que-banco-infringiu-regras-basicas.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

CASADO, L. Ministro do STF libera condução coercitiva de curador da ‘Queermuseu’. **Folha de São Paulo**. Brasília, 19 nov. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/11/1936620-ministro-do-stf-libera-conducao-coercitiva-de-curador-de-queermuseu.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

CAVAZZOLA JUNIOR, Cesar Augusto. Santander promove pedofilia, pornografia e arte profana em Porto Alegre. **Locus Online**. Porto Alegre, 06 set. 2017. Disponível em: <https://www.locusonline.com.br/2017/09/06/santander-cultural-promove-pedofilia-pornografia-e-arte-profana-em-porto-alegre/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

CONFERÊNCIA JUDICIAL IBERO-AMERICANA. **Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça das Pessoas em condição de Vulnerabilidade**. Brasília, 2008. Disponível em:

<https://forumjustica.vlannetwork.com/wp-content/uploads/2011/10/100-Regras-de-Brasilia-versao-reduzida.pdf>. acesso em: 17 ago. 2019.

CONTRA recomendação, Santander diz que não reabrirá mostra ‘Queermuseu’. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 set. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/09/1923098-contrarecomendacao-santander-diz-que-nao-reabrira-mostra-queermuseu.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

CPI dos Maus-Tratos – Queermuseu – 23/11/2017. Publicado pelo TV Senado. Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (1:24:35h) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W8Hkrl-dX9k&list=PLq-oiyFA5r2_0qFu21kTRUM5qjIRxqsP7&index=7. Acesso em: 17 ago. 2021.

CPI dos Maus-tratos aprova condução coercitiva de curador do ‘Queermuseu’. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09 nov. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/11/1934097-cpi-dos-maus-tratos-aprova-conducao-coercitiva-de-curador-do-queermuseu.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

CPIMT – Maus-Tratos – Queermuseu - Parte 2- 23/11/2017. Publicado pelo TV Senado. Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (2:14:22h) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SgM31o2Wq_w&list=PLq-oiyFA5r2_0qFu21kTRUM5qjIRxqsP7&index=8. Acesso em: 17 ago. 2021.

DANTAS, Alexandre; FONTOURA, Maria Gabriele. Queermuseu: A atuação judicial na efetivação de direitos fundamentais por meio da arte. **Revista Eletrônica OAB/RJ**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 1-25, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://revistaeletronica.oabrj.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Artigo-de-Alexandre-Dantas-e-Maria-Gabriela-Fontoura.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

DESAFIO ao Santander Cultural. Publicado pelo MBL – Movimento Brasil Livre. Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (1:12 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rve-XNw4d-s&t=8s>. Acesso em: 13 ago. 2021.

DIRETOR da Escola de Artes Visuais do Parque Lage é exonerado. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 jul. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/07/diretor-da-escola-de-artes-visuais-do-parque-lage-e-exonerado.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

EM VÍDEO, João Doria condena mostra ‘Queermuseu’ e performance no MAM. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 set. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/09/1923259-em-video-joao-doria-condena-mostra-queermuseu-e-performance-no-mam.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

ENTREVISTA com Gaudêncio Fidelis, curador do Museu Queer. Publicado por Agência de Notícias UniCEUB. Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (4:55 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TIMZR9maFq8>. Acessado em: 13 ago. 2021.

ESTAÇÃO Cultura | TVE – Gaudêncio Fidélis, Daniel Debiagi e Marisa Rotemberg – 19/02/18. Publicado pelo TVE RS. Youtube, [S. n.], 2018. 1 vídeo (28:46 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LMKRJbaOvaY>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FERNANDES, T. Com constrangimento e bate-boca, CPI ouve curadores de mostras criticadas. **Folha de São Paulo**. 23 nov. 2017. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/11/1937783-com-constrangimento-e-bate-boca-cpi-ouve-curadores-de-mostras-criticadas.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2017.

FIDELIS, Gaudêncio. Queermuseu e o enfrentamento do fascismo e do fundamentalismo no Brasil em defesa da livre produção de conhecimento. **Illuminuras**. Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 417-423, jan./jul. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/illuminuras/article/view/85261>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault. Uma trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (Brasil). **Pesquisa da FGV DAPP identifica uso de robôs em 13% do debate nas redes por boicote à exposição Queermuseu**. São Paulo: FGV DAPP, 2017. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/pesquisa-da-fgv-dapp-identifica-uso-de-robos-em-13-debate-nas-redes-por-boicote-exposicao-queermuseu/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

GAUDÊNCIO Fidélis || Contra a Censura da Arte no Brasil [SSEX BBOX + Blue Entrevê]. Publicado por Blue Queen. Youtube, [S. n.], 2018. 1 vídeo (3:03 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4LxOWUzslqk>. Acesso em: 14 ago. 2021.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 14 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

HINE, Christine. Por uma etnografia para a internet: transformações e novos desafios.. [Entrevista cedida a] Bruno Campanella. **MATRIZES**, São Paulo, v. 9, n. 2, jul./dez. 2015.

HOLIDAY detona exposição imoral patrocinada com dinheiro público. Publicado pelo MBL – Movimento Brasil Livre. Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (2:10 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nX4gsShYJI8>. Acesso em: 13 ago. 2021.

IBGE. Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. Rio de Janeiro: **Agência IBGE**, 2012. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espíritas-e-sem-religiao#:~:text=Em%202010%2C%20chegaram%20a%2022,64%2C6%25%20em%202010](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espíritas-e-sem-religiao#:~:text=Em%202010%2C%20chegaram%20a%2022,64%2C6%25%20em%202010.). Acesso em: 20 ago. 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **Manifesto do ICOM Brasil a favor da liberdade de expressão e em respeito à toda forma de diversidade humana**. São Paulo: ICOM, 2017. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?p=1436>. Acesso em: 15 jun. 2020.

KIM Kataguirí manda a real sobre o boicote ao Santander Cultural. Publicado pelo MBL – Movimento Brasil Livre. Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (2:22 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I8RkIFuEsWs>. Acessado em: 13 ago. 2021.

LANDINI, T. S. Pedofilia em museus: quando o antigo conceito de pânico moral se faz presente. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro, vol.

11, n. 3, set./dez. 2018, p. 512-532. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/15764>. Acesso em: 17 jul. 2020.

LIMA, Renata Mantovani de; POLI, Leonardo Macedo; SÃO JOSÉ, Fernanda. A evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente: da insignificância jurídica e social ao reconhecimento de direitos e garantias fundamentais. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, p. 314, 2017. Disponível em:
<https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/4796>. Acesso em: 25 ago. 2021.

LOWENKRON, L. **O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos**. 2012. 382 f. Tese de Doutorado (Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MAMÃE Falei rebate curador de mostra pornográfica do Santander. Publicado pelo MBL – Movimento Brasil Livre. Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (4:55 min). Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=MEg7DDFnhs>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MBL e a estratégia das pautas morais – Esther Solano. Publicado pelo Justificando. Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (4:15 min). Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=cZj6QzQ7zKg&list=PLqoiyFA5r2_0qFu21kTRUM5qjLRxqsP7&index=1. Acesso em: 14 jan. 2020.

MBL manda a real sobre boicotes e a exposição do Santander. Publicado pelo MBL – Movimento Brasil Livre. Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (4:33 min). Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=3EbqEbTg50Q&t=2s>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MENON, Isabella. Após visita, promotor afirma que mostra cancelada não incita a pedofilia. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 set. 2017. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/09/1917884-promotor-do-mp-diz-que-mostra-cancelada-nao-faz-incitacao-a-pedofilia.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

MENON, Isabella. Centros culturais e protestos conservadores contra mostras marcaram 2017. **Folha de São Paulo**. 26 dez. 2017. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/12/1945969-centros-culturais-e-protestos-conservadores-contra-mostras-marcaram-2017.shtml>. Acesso em: 16 dez. 2018.

MENON, Isabella. Queermuseu consegue derrubar classificação proibitiva para 14 anos na justiça. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 21 ago. 2018. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/08/mostra-queermuseu-derruba-classificacao-proibitiva-para-14-anos-na-justica.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

MENON, Isabella. Santander terá de realizar mostras sobre diversidade em até 18 meses. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 jan. 2018. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/01/1949657-santander-tera-que-realizar-mostras-sobre-diversidade.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

MINISTÉRIO Público recomenda a reabertura da exposição Queermuseu. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 set. 2017. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/09/1922753-ministerio-publico-recomenda-a-reabertura-da-exposicao-queermuseu.shtm>. Acesso em: 27 jul. 2020.

MIRANDA, Jorge. Notas sobre cultura, Constituição e direitos culturais. **O Direito 138°**, Lisboa, v. 4, p. 1-25, 2006. Disponível em: <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Miranda-Jorge-Notas-sobre-cultura-Constituicao-e-direitos-culturais.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **‘Queermuseu’**. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/page/204223673035117/search/?q=queermuseu>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Atenção: não foi ‘perseguição’ do MBL e dos brasileiros. O Ministério público reconheceu o óbvio: A "exposição" foi feita com o intuito de influenciar a sexualidade de crianças. Isso não pode ser aceito.** 15 set. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/685384581585688>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Bem-vindo ao MBL!**. [S. l.], 2014. Disponível em: <https://mbl.org.br/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **CONTRA A DESONESTIDADE**. 12 set. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/681885708602242>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Diferente do que os esquerdistas querem sugerir, fazer pressão popular e boicote não tem nada a ver com censura. Quem está censurando é o Facebook.** 12 set. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/681996851924461>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Escola Sem Partido já!**. 1 out. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/698496680274478>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Kim Kataguiri: ‘Sobre a história do ‘Santander Cultural’**. Sim, o MBL pressionou para que não acontecesse. Uma coisa é defender que todos sejam tratados de maneira igual, independentemente de orientação sexual, outra coisa é usar dinheiro da LEI ROUANET para financiar uma amostra para CRIANÇAS que conta com PEDOFILIA e ZOOFILIA. Criem vergonha na cara, canalhas!. 10 set. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/680209612103185>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **O comportamento condiz com o partido.** 15 set. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/685774038213409>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **O debate sobre o caso do Santander deixou de ser sobre as ‘obras’ expostas e passou a ser sobre liberdade: a esquerda sempre boicotou empresas e jamais foi incomodada por isso; agora que os não-esquerdistas quiserem boicotar um banco, a imprensa chamou-nos de nazistas [...]** 14 set. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=684172888373524>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **O Santander cancelou uma amostra de ‘arte’ com material que contém pedofilia e zoofilia direcionado a público escolar após pressão nas redes do MBL e de outros grupos de direita.** 10 set. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/680258218764991>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Que exemplo esse professor está passando para os seus alunos?** 14 set. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/684607668330046>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Secretário nomeado por Alexandre Kalil disse que vai trazer a exposição recheada de pedofilia, zoofilia e agressões ao cristianismo. E é claro que tudo vai ser pago com o dinheiro do povo de Belo Horizonte. Não podemos deixar isso acontecer, compartilhe esse post e vamos mostrar a nossa indignação.** 12 set. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/682122028578610>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Tem gente que não sabe a diferença entre CENSURA e BOICOTE.** 11 set. 2017. [S.l.] Facebook: MBL @MBLivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/680601138730699>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MUSEU de Arte do Rio discorda de Crivella sobre veto a ‘Queermuseu’. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 04 out. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1924233-museu-de-arte-do-rio-discorda-com-crivella-ao-proibir-queermuseu.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

MUSEU de Arte do Rio não vai receber ‘Queermuseu’ por pedido do prefeito. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 03 out. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1924045-museu-de-arte-do-rio-nao-vai-receber-queermuseu-por-pedido-do-prefeito.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

O DEBATE sobre o Santander que a esquerda não quer que você faça. Publicado pelo MBL – Movimento Brasil Livre. Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (2:21 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e-tFdKx6XWY>. Acesso em: 13 ago. 2021

O QUE é o MBL? Publicado pelo MBL – Movimento Brasil Livre. Youtube, [S. n.], 2021. 1 vídeo (7:02min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pNoJ2f3qAgg>. Acesso em: 10 ago. 2021.

OBÁ, Antonio. **Et Verbum.** 2011. 40x54x14cm.

OBSERVATÓRIO de Censura à arte. **Nonada – Jornalismo Travessia.** Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <http://censuranaarte.nonada.com.br/>. Acesso em: 5 mar 2021.

OLHA só: Gaudêncio Fidélis e o Queermuseu. Publicado pelo Canal Jornal do Comércio. Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (10:12 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gstN0yqXDv0&list=PLq-oiyFA5r2_0qFu21kTRUM5qj1RxqsP7&index=6&t=24s. Acesso em: 30 ago. 2021.

PAIVA, Livia de Meira Lima. O espaço do (não) dizer e a criminalização da arte. **LUGAR COMUM**, v. 52, 188 f, 2018.

PAMPLONA, Nicola. Abertura da mostra Queermuseu, no Rio, tem protestos de movimentos religiosos. **Folha de São Paulo**. Rio de Janeiro, 18 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/08/exposicao-queermuseu-abre-no-rio-com-protestos-de-movimentos-religiosos.shtml>. Acesso em 16 dez. 2018.

PAMPLONA, Nicola. No Rio, Toplessaço ganha tom de protesto contra polêmica nas artes. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/11/1932874-no-rio-toplessaco-ganha-tom-de-protesto-contrapolemicas-nas-artes.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

PINHEIRO, Lenise. Obras são acusadas de blasfêmia, pedofilia e racismo; veja controvérsias. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 02 out. 2017. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1923578-obras-sao-acusadas-de-blasfemia-pedofilia-e-racismo-veja-controversias.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

POLIANOV, Beatriz. **Etnografia Virtual, Netnografia ou Apenas Etnografia? Implicações dos Termos em Pesquisas Qualitativas na Internet**. Trabalho apresentado ao XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Manaus, 2013.

QUEERMUSEU | Entrevista com Gaudêncio Fidélis. Publicado pelo Canal História da Ditadura. Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (29:23 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z4qO4WcdwhI&list=PLq-oiyFA5r2_0qFu21kTRUM5qjIRxqsP7&index=5. Acesso em: 23 ago. 2021.

RANGEL, Daniel. Financiamento coletivo vira saída para viabilizar exposição de arte. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 maio 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/05/financiamento-coletivo-vira-saida-para-viabilizar-exposicao-de-arte.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Primeira Promotoria de Justiça de Justiça de Tutela da Infância e Juventude da Capital. **Portaria n. 03/2018**. Inquérito Civil n. 01062736/2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Primeira Promotoria de Justiça de Justiça de Tutela da Infância e Juventude da Capital. **Recomendação n. 05/2018**. Inquérito Civil n. 0003/2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Moção n. 904/2017**. Rio de Janeiro: ALERJ, [2017]. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/c5f8b6f0d3d3981783257dd5005e3435/86b1fbc24b01d201832581a00065e663?OpenDocument>. Acesso em: 30 set. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Primeira Vara da Infância, Adolescente e Idoso. **Ação n. 0195023-46.2018.8.19.0001**. Requerente: Marcio Henrique Cruz Pacheco. Requerida: Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira e Escola de Artes Visuais do Parque Lage.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Terceira Câmara Cível. **Agravo de Instrumento n. 0045759-55.2018.8.19.0000**. Agravante: Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira e Escola de Artes Visuais do Parque Lage. Agravado: Marcio Henrique Cruz Pacheco. Desembargador: Fernando Foch. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://images.jota.info/wp-content/uploads/2018/08/644f0b48cdaaa3e430ac8ac86a0039d0.pdf>. Acesso em: 30 set. 21.

RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei n. 3452/2017**. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa, [2017]. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/1061f759d97a6b24832566ec0018d832/f919358926e42da2832581ae00502117?OpenDocument&Start=1.1.1.6>. Acesso em: 30 set. 2020.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Ministério Público Federal. **Recomendação PRDC/RS n. 21/2017**. Rio Grande do Sul: Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/rs/sala-de-imprensa/docs/recomendacoes/2017/recomendacao-queermuseu-porto-alegre/view> Acesso em: 31 out. 2020.

SANTANDER Cultural inaugura a exposição inédita Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira. **Santander Imprensa**, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://santanderimprensa.com.br/santander-cultural-inaugura-a-exposicao-inedita-queermuseu-cartografias-da-diferenca-na-arte-brasileira/>. Acesso em: 8 jul. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Moção n. 79/2017**. São Paulo: ALESP, [2017]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000059954>. Acesso em: 30 set. 2020.

SÓ SE for para o fundo do mar, diz Crivella sobre ‘Queermuseu’ no Rio. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 02 out. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1923483-so-se-for-para-o-fundo-do-mar-diz-crivella-sobre-queermuseu-no-rio.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SOUZA, Sandra Duarte de. “Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. **Estudos de Religião**, São Paulo, v. 28, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ER/article/view/5454>. Acesso em: 20 set. 2020.

VAREJÃO, Adriana. **Cena de interior II**. 1994. 120x110cm. Óleo sobre tela.

VETTORAZZO, Lucas. Após veto de Crivella, Parque Lage tenta levar ‘Queermuseu’ para o Rio. **Folha de São Paulo**. Rio de Janeiro, 04 out. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1924304-apos-veto-de-crivella-parque-lage-tenta-levar-queermuseu-para-o-rio.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2020.

WENZEL, Fernanda. Em protesto, curador diz que outras cidades podem receber mostra vetada. **Folha de São Paulo**. Porto Alegre, 12 set. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/09/1917852-em-protesto-curador-diz-que-outras-cidades-podem-receber-mostra-vetada.shtml>. Acesso em: 27 jul. 21.

342 ARTES: Intolerância e censura é coisa do passado. Publicado pelo Canal 342 Artes, Youtube, [S. n.], 2017. 1 vídeo (3:43 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LUX3BON1wVM>. Acesso em 13 ago. 2021.